JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.17 06:27:11 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 17 de novembro de 2026 • Nº 2426 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Especial

Leilões de energia movimentam R$ 14,25 bilhões

PÁGINA 5

IBC-Br

Atividade econômica registra queda de 0,9% no 3º trimestre

A atividade econômica no Brasil registrou queda no terceiro trimestre, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período). As quedas foram de 2% na agropecuária, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços. Em comparação ao terceiro trimestre de 2025, houve aumento de 0,7% no indicador, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. Considerando apenas o mês de setembro deste ano, o IBC-Br teve redução de 0,2% em relação a agosto, em dados com ajuste sazonal, com alta de 1,2% na agropecuária e quedas de 0,4% na indústria e 0,1% em serviços. PÁGINA 2

Credibilidade

Andrei aponta eficiência da PF com R$ 20 bi recuperados

A credibilidade conquistada pela Polícia Federal (PF) junto à sociedade reflete-se nos números que atestam a eficiência da corporação em asfixiar financeiramente as organizações criminosas. Esta é a avaliação que o diretor-geral Andrei Rodrigues fez ontem, na cerimônia comemorativa pelo Dia do Policial Federal, na sede da corporação, em Brasília. Dados divulgados pela PF mostram que, nos últimos quatro anos, foram recuperados R$ 20 bilhões desses grupos, sendo R$ 4,4 bilhões entre junho e setembro de 2026. Ao mesmo tempo, essa relevância tem despertado cobiças internas e gerado até mesmo ameaças contra a instituição, o diretor-geral e a família dele. Na ocasião, Rodrigues afirmou que há tentativas de desestabilizar a gestão por interesses particulares, mas garantiu que não cederá a pressões. Segundo o diretor-geral da PF, "muitos tentam minar [essa credibilidade] pelos interesses mais vis e escusos possíveis". Rodrigues, no entanto, garantiu que não há crise nem racha interno na instituição. "E muito menos perda de autonomia na Polícia Federal. Somos mais de 16 mil servidores espalhados em mais de 100 unidades, trabalhando por um bem comum", acrescentou. Rodrigues criticou o que classificou como "vozes isoladas" que tentam se colocar acima da instituição e atribuiu os desgastes à disputa por postos de comando na estrutura policial. PÁGINA 7

Espanha

RICARDO STUCKERT/PR



Lula e Sánchez defendem união contra avanço da extrema-direita

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou, na manhã de ontem, com o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez, em Madri. Lula parou no país ibérico durante a viagem de volta das Filipinas. Segundo o Palácio do Planalto, Lula e Sánchez trataram de temas como o combate ao discurso de ódio e desinformação da extrema-direita, além da promoção de uma agenda de inclusão social para o fortalecimento da democracia no mundo. Sánchez foi um dos presidentes que mais celebrou a vitória de Lula nas eleições de outubro. Pelas redes sociais, ele chamou a reeleição do presidente brasileiro de “grande vitória” e afirmou que a Espanha seguiria a mesma tendência nas eleições de seu país. “O que aconteceu no Brasil acontecerá na Espanha. A virada do progressismo global acaba de começar”, disse, na ocasião. O povo espanhol irá às urnas em 29 de novembro para renovar as 350 cadeiras do Congresso. PÁGINA 7

Forças Armadas

MP Militar faz levantamento casos de assédio nas FA

PÁGINA 6

Política de Trump

UE enviará imigrantes para prisão em Ruanda

Um grupo de países da Europa anunciou ontem, que pretende criar um "centro de retorno" em Ruanda, para onde os solicitantes de asilo rejeitados poderão ser enviados a partir do próximo ano. O objetivo é que a medida também desestimule mais pessoas de irem para o continente. A União Europeia tem trabalhado há anos para endurecer as regras de migração, reduzir o número de solicitantes de asilo que chegam ao bloco de 27 nações e aumentar as deportações de migrantes que não têm direito a permanecer nos países. O envio de pessoas para centros fora da Europa tornou-se um pilar central desse esforço. O plano da Áustria, Dinamarca, Alemanha, Grécia e Holanda, que lideraram as negociações com países não pertencentes à UE, atraiu críticas imediatas de grupos de direitos humanos. O objetivo é que o primeiro centro seja instalado em Ruanda no próximo ano, afirmou o chanceler austríaco Christian Stocker, juntamente com autoridades de outros países europeus. PÁGINA 8

INDICADORES

IBOVESPA (-0,60%) / 171.035,56 / -1.024,87 / Volume: 32.241.403.055 / Negócios: 4.753.682

Ativo

	Preço	%	Oscil.
BBAS3	15,48	–8,35	–1,41
COGN3	1,58	+3,95	+0,06
MGLU3	7,07	–7,70	–0,59
CSAN3	2,85	–5,94	–0,18
BEEF3	3,18	+5,65	+0,17

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
OSXB3	2,23	+51,70	+0,76
NUTR3F	3,54	+31,11	+0,84
HOOT4F	7,29	+21,50	+1,29
CRPG5F	9,48	+16,32	+1,33
HAPV3	5,32	+14,90	+0,69

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
UCAS3	0,70	–25,53	–0,24
UCAS3F	0,73	–25,51	–0,25
CASN3	4,56	–24,00	–1,44
AMER3	4,05	–20,12	–1,02
AMER3F	4,10	–19,13	–0,97

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	52.297,09	-0,36
S&P 500	7.592,4	-0,35
US Tech 100	27.530,4	-0,31
Euronext 100	1.923,54	-0,13
CAC 40	8.361,36	+0,34
FTSE 100	10.863,09	+0,25

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	1,47% (out.)
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA-15**	0,32% (out.)
Taxa Selic		**CDI**	
(05/11)	13,75%	(05/11)	13,65%
TR		**OURO**	
(12/11)	0,1552%	BM&F/grama/RJ	R$ 656,03
Poupança		**EURO Comercial**	
(12/11)	0,6560%	Compra: 6,2476	Venda: 6,2482

EURO turismo	
Compra 6,3458	Venda: 6,5258
DÓLAR Ptax - BC	
Compra: 5,6143	+0,97%
DÓLAR comercial	
Compra: 5,6512	Venda: 5,6518
DÓLAR turismo	
Compra: 5,6722	Venda: 5,8522

MERCADOS

Bolsa cai 1,8% com pressão do exterior; dólar avança 2,17%

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em forte queda ontem. A revisão para cima das projeções de inflação e juros no Boletim Focus, somada ao rebaixamento da recomendação para ações brasileiras pelo Morgan Stanley, ampliou a pressão sobre os ativos domésticos.

O Índice Bovespa (Ibovespa) renovou as mínimas sequencialmente ao longo da tarde, tocando o piso de 168.490,96 pontos. No fechamento, se afastou da marca, mas, ainda assim, teve firme baixa de 1,83%, aos 169.295,41 pontos. O giro financeiro, de R$ 17 bilhões, ficou mais uma vez abaixo da média, sinalizando a continuidade da cautela dos investidores na tomada de posições mais direcionais.

As projeções para o IPCA de 2027 subiram de 4,9% para 5%, e as da Selic, de 12,5% para 12,75%.

No exterior, a cautela com o balanço da Nvidia, previsto para terça-feira, foi agravada pelas turbulências envolvendo Jensen Huang e sua saída do comando da companhia, ampliando a pressão sobre o setor de inteligência artificial (IA). O receio acontece em um momento particularmente difícil para a renda variável global pelas perspectivas de juros mais altos nos Estados Unidos Nesta segunda-feira, a presidente do Federal Reserve (Fed) de Cleveland, Beth Hammack, foi mais uma das integrantes da autoridade monetária americana a endossar a necessidade de taxas maiores no controle de preços.

Ações como Itaú, Bradesco e BTG Pactual cederam ao redor de 2% no dia.

DÓLAR

O dólar disparou ao longo da tarde desta segunda-feira, aproximou-se de R$ 5,80 e atingiu o maior nível de fechamento desde abril de 2025.

Em alta desde a abertura, o dólar ultrapassou o nível de R$ 5,70 na primeira hora de negócios e ganhou ainda mais tração ao longo da tarde.

Em uma escalada ao longo da tarde, o dólar flertou com o nível de R$ 5,80 ao atingir o pico de R$ 5,7939. A moeda americana terminou o dia em alta de 2,17%, a R$ 5,7777, o maior valor de fechamento desde 17 de abril de 2025 (R$ 5,8037). A divisa já acumula ganhos de 6,12% em novembro, após ter subido 5,20% em outubro. No ano, avança 5,26%.

IBC-BR

Atividade econômica registra queda de 0,9% no 3º trimestre

ANDREIA VERDÉLIO/A BRASIL

A atividade econômica no Brasil registrou queda no terceiro trimestre, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

As quedas foram de 2% na agropecuária, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços.

Em comparação ao terceiro trimestre de 2025, houve aumento de 0,7% no indicador, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

Considerando apenas o mês de setembro deste ano, o IBC-Br teve redução de 0,2% em relação a agosto, em dados com ajuste sazonal, com alta de 1,2% na agropecuária e quedas de 0,4% na indústria e 0,1% em serviços. Na comparação com o mesmo mês de 2025, não houve variação.Nos último 12 meses, o indicador avançou 1,4%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução o ritmo da economia do país e incorpora informações sobre o nível de atividade na indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O índice ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre os juros básicos da economia, a Taxa Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação.

PIB

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), que é o indicador oficial da economia brasileira medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o próprio BC, o índice é complementar ao PIB. "Enquanto o PIB oferece uma visão consolidada da economia, o IBC-Br ajuda a entender o 'agora' da atividade econômica", explica a autarquia.

No segundo trimestre deste ano, o PIB cresceu 0,5% na comparação com o primeiro trimestre. Em relação ao segundo trimestre de 2025, o conjunto dos bens e serviços produzidos no país apresenta alta de 2%.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, o quinto ano seguido de crescimento.

ATÉ 2030

Brasil deve ter uma frota de 9,7 milhões de veículos eletrificados

ANA PAULA MACHADO/AE

O Brasil deverá ter cerca de 9,7 milhões de automóveis e comerciais leves eletrificados em circulação até 2036, o que representará 15% da frota total do País. A projeção faz parte do Caderno de Eletromobilidade do Plano Decenal de Expansão de Energia 2036 (PDE 2036), publicado nesta segunda-feira pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Segundo o levantamento, os modelos eletrificados - que incluem híbridos convencionais (HEV), híbridos plug-in (PHEV) e elétricos puros (BEV) - alcançarão 36% das vendas de novos veículos leves em uma década. O avanço é impulsionado pela maior oferta de modelos, queda nos preços e investimentos das montadoras no País, com destaque para a vocação brasileira das tecnologias híbridas flex, que combinam eletricidade e etanol.

"O Caderno de Eletromobilidade nos ajuda a planejar, desde já, onde será preciso ampliar a infraestrutura de recarga e como preparar a rede elétrica para atender à demanda dos próximos dez anos", disse, por nota, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. "Também temos a oportunidade de aproveitar nossas reservas de minerais estratégicos para produzir baterias e componentes no Brasil, fortalecer a indústria nacional e reduzir as emissões no transporte."

De acordo com o levantamento, no transporte de passageiros, a eletrificação terá ritmo acelerado. Os licenciamentos anuais de ônibus urbanos elétricos devem saltar de 849 unidades, em 2025, para cerca de 10 mil em 2036, abocanhando 39% do mercado de novos coletivos.

Já entre os caminhões, a mudança será mais lenta, atingindo 5,4% das novas vendas em 2036, concentrada em trajetos urbanos. Para cargas pesadas de longa distância, alternativas como gás natural e biometano seguem mais competitivas devido a custos e autonomia

Com mais veículos plugados na tomada, o consumo de eletricidade do transporte rodoviário crescerá em média 27% ao ano, aponta o estudo. A demanda passará de 0,19% do total nacional, em 2026, para 1,5% em 2036, somando 14,8 terawatts-hora (TWh) anuais - sendo 9,4 TWh de carros leves, 4,6 TWh de ônibus e 0,7 TWh de caminhões.

"Além do volume consumido, os horários e a localização das recargas são determinantes para avaliar os impactos sobre o sistema. A concentração de carregamentos em determinados períodos pode ampliar os picos de demanda e exigir investimentos adicionais nas redes elétricas, especialmente em locais com grande concentração de veículos", informa o levantamento.

Para evitar sobrecargas nos horários de pico, o PDE 2036 analisa a adoção de tarifas diferenciadas por horário, incentivando a recarga quando há sobra de energia renovável. O documento também aponta o potencial de tecnologias bidirecionais (Vehicle-to-Grid), nas quais as baterias dos carros devolvem energia à rede elétrica, embora o modelo ainda dependa de avanços regulatórios.

O estudo apontou, ainda, que a corrida global por baterias elevará a demanda anual por minerais estratégicos no País de 18 mil toneladas, em 2026, para 88 mil toneladas em 2036. O Brasil possui reservas relevantes de lítio, níquel, grafita e terras raras, mas o estudo alerta que é preciso desenvolver etapas locais de refino e produção de células para capturar esse valor industrial, além de estruturar a reciclagem de baterias.

Embora a eletromobilidade reduza emissões de gases de efeito estufa e a poluição sonora nas cidades, o relatório conclui que o sucesso da transição exigirá qualificação de mão de obra, expansão equilibrada dos pontos de recarga pelo território e políticas que evitem desigualdades regionais.

BALANÇO

PicPay fecha terceiro trimestre com lucro líquido de R$ 271 mi

ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O PicPay fechou o terceiro trimestre com lucro líquido ajustado de R$ 271 milhões, alta de 157% na comparação anual. A carteira de crédito cresceu 88%, para R$ 35 bilhões, puxada por produtos como o consignado privado.

A receita líquida do banco digital alcançou R$ 4,73 bilhões, crescimento de 73% na comparação anual. Em clientes, o PicPay fechou setembro com 72 milhões, expansão de 10%. Os resultados não incluem a consolidação da KEV seguradora, aprovada pelo Banco Central em julho.

O CEO do PicPay, Eduardo Chedid, ressalta que do crescimento da carteira de crédito, 93% vieram de produtos com garantia ou linhas como o aumento do limite no cartão de crédito para clientes mais antigos, em que o banco tem mais relacionamento e conhece melhor.

A taxa de inadimplência da fintech, considerando atrasos acima de 90 dias, encerrou o trimestre em 10,7%, ante 9,8% no período anterior e 6% há um ano. Segundo Chedid, a maior parte desse aumento é explicada pelo a maturação natural de safras de empréstimos anteriores, o envelhecimento da carteira. "Não significa piora ou deterioração na qualidade do ativos, é simplesmente a maturação", disse Chedid.

Já a inadimplência mais curta, de 15 a 90 dias, passou de 7,5% no segundo trimestre, para 9,2%, afetada pelo Desenrola, programa de renegociação de dívida do governo federal. Alguns clientes renegociaram suas dívidas no segundo trimestre, saíram da faixa de atraso superior a 90 dias e voltaram a atrasar o pagamento das novas parcelas. Desconsiderando o efeito do programa, o indicador teria apresentado estabilidade de 8% no trimestre, com expectativa de atingir 7,9% até o fim do ano, de acordo com diretor financeiro (CFO) do PicPay, André Cazotto.

O índice de eficiência alcançou 42%, uma melhora de 11 pontos porcentuais em um ano. O retorno patrimonial ajustado anualizado (ROE, na sigla em inglês) atingiu 18,5% no trimestre.

A receita média por cliente ativo (ARPAC) atingiu R$ 103,10 no trimestre, crescimento anual de 58% e quase cinco vezes superior ao custo de servir, de R$ 21,40, que avançou 20%.

MAQUININHAS

PagBank tem lucro líquido ajustado de R$ 611 milhões no terceiro trimestre

ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O PagBank, banco e empresa de maquininhas de cartões, teve lucro líquido ajustado de R$ 611 milhões no terceiro trimestre, alta de 7% em relação ao mesmo período de 2025. O retorno sobre o patrimônio (ROE, na sigla em inglês) ficou em 16,2%, ante 15,5% há um ano.

O volume financeiro movimentado pelas maquininhas da empresa (chamado de TPV na sigla em inglês) somou R$ 131,4 bilhões no terceiro trimestre, alta de 1% na comparação anual. Houve uma desaceleração no ritmo de expansão, influenciada pelo ambiente mais desafiador da economia. No segundo trimestre, a expansão anual havia sido de 3%.

A carteira de crédito cresceu 1%, para R$ 50 bilhões, incluindo a antecipação de recebíveis. Descontando os recebíveis, somou R$ 5,2 bilhões, expansão anual de 25%. A linha que mais cresceu na carteira foi capital de giro, com avanço de 171%, para cerca de R$ 800 milhões.

"Foi um trimestre marcado pela expansão do crédito e o consequente maior engajamento dos clientes", disse o superintendente de relações com investidores, Daniel Pioner, em conversa com jornalistas. A antecipação de recebíveis caiu 1%, para R$ 44,7 bilhões.

A taxa de inadimplência ficou em 3,8%, de 3,4% no trimestre anterior e 2,6% há um ano. O crescimento da taxa veio por conta de linhas como capital de giro e cartão de crédito, disse o CEO do PagBank, Carlos Mauad. "Já estamos sendo mais conservadores nessas linhas." Com a inadimplência subindo, as provisões somaram R$ 130 milhões, alta anual de 46%.

A receita total do Pagbank somou R$ 3,4 bilhões, estável em relação ao terceiro trimestre de 2025. A operação de banco respondeu por 26% das receitas.

O 'cash-in', que inclui os depósitos feitos pelos clientes - o fluxo de recursos dos clientes que não vem do negócio de maquininhas (adquirência) - somou R$ 92 bilhões, alta de 15,6% por cliente ativo na comparação anual, uma medida de engajamento dos correntistas.

O índice de Basileia, que mede a capitalização e a capacidade de expansão no crédito, fechou setembro em 25,2%, de 28,6% há um ano.

Com excesso de capital, a empresa iniciou há um tempo um processo de otimização de capital, com o objetivo de convergir o Basileia para a faixa de 18% a 22%, disse o diretor financeiro do PagBank, Gustavo Sechin. Entre as medidas, um novo programa de recompra de ações e a distribuição de dividendos.

O índice de Basileia do PagBank chegou perto de 38% há dois anos Não há um prazo para se chegar a essa nova faixa.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CNI

Economia circular movimenta até R$ 90,7 bilhões no Brasil

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A economia circular movimenta entre R$ 31 bilhões e R$ 90,7 bilhões no Brasil, segundo levantamento inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apresentado na 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31), em Antália, na Turquia, o estudo Financiamento para a Economia Circular na Indústria Brasileira, mostra que o país tem um mercado de finanças sustentáveis estimado em R$ 884 bilhões.

Segundo a CNI, os recursos destinados diretamente à circularidade representam entre 3,5% e 10,3% desse total. O percentual é superior à média mundial, de aproximadamente 2%.

Apesar do volume de investimentos, a pesquisa identifica um desequilíbrio na distribuição dos recursos. A maior parte do dinheiro está concentrada em iniciativas de reciclagem, gestão de resíduos e recuperação de materiais, enquanto projetos voltados à prevenção do desperdício, ao desenvolvimento de produtos sustentáveis e ao reaproveitamento de insumos recebem uma parcela menor.

ECONOMIA CIRCULAR

Diferentemente do modelo tradicional de produção e consumo, conhecido como economia linear, a economia circular busca manter materiais e produtos em uso pelo maior tempo possível.

Na economia linear, o modelo é baseado na extração de recursos naturais, fabricação, consumo e descarte. A economia circular propõe reduzir a extração de matérias-primas, evitar a geração de resíduos e aproveitar melhor os recursos naturais em todas as etapas da cadeia produtiva.

Na prática, o modelo envolve iniciativas como:

- Design sustentável: desenvolver produtos que usem menos matéria-prima e sejam mais duráveis;
- Reutilização: dar novas aplicações a produtos e materiais que ainda podem ser aproveitados;
- Reparo: recuperar equipamentos e produtos para prolongar sua vida útil;
- Reciclagem: transformar resíduos em matéria-prima para novos processos produtivos;
- Eficiência de insumos: reduzir o desperdício de água, energia e materiais durante a fabricação.

O sistema pretende fazer com que os recursos permaneçam circulando na economia, reduzindo impactos ambientais e os custos da atividade industrial.

RECURSOS

De acordo com o levantamento da CNI, 80,8% dos recursos identificados para a economia circular são destinados exclusivamente à gestão de resíduos, reciclagem e recuperação de materiais no fim da vida útil dos produtos.

As etapas anteriores à geração de resíduos, que envolvem mudanças no desenvolvimento e na fabricação dos produtos, recebem uma parcela significativamente menor dos investimentos.

O estudo identificou a seguinte distribuição:

- 80,8%: gestão de resíduos, reciclagem e recuperação de materiais;
- 11,5%: reutilização, reparo e extensão da vida útil de produtos e ativos;
- 7,7%: design sustentável, prevenção de resíduos e eficiência no uso de insumos.

Segundo os números, embora a reciclagem seja importante, a economia circular depende de mudanças em toda a cadeia produtiva, desde a concepção dos produtos até sua destinação final.

COMO FINANCIAR

Em nota, o superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo, destacou que a economia circular representa uma oportunidade para reduzir custos operacionais e emissões de gases de efeito estufa na indústria de transformação.

Segundo ele, as empresas interessadas em financiar projetos sustentáveis podem recorrer a diferentes instrumentos, como linhas de crédito de bancos públicos e privados, emissão de títulos verdes no mercado de capitais e participação em editais e chamadas públicas de fomento.

Entre as modalidades identificadas pela pesquisa, estão:

- Empréstimos verdes (Green Loans): representam 27,9% das operações mapeadas;
- Capital de risco (Equity/VC/PE): corresponde a 20,9%;
- Financiamento combinado (Blended Finance): responde por 16,3%.

DESAFIOS

O levantamento também aponta fatores que dificultam a ampliação dos investimentos em economia circular. Para Bomtempo, um dos problemas é a dificuldade de identificar e classificar essas iniciativas dentro do mercado financeiro.

"Primeiro, a agenda de circularidade é transversal: ela perpassa eficiência energética, logística reversa, biodiversidade e uso de bioinsumos. Muitas vezes, essas iniciativas acabam registradas sob as categorias de energia, inovação ou descarbonização, e não especificamente como economia circular", informou o superintendente da CNI durante a apresentação do estudo.

"Em segundo lugar, o próprio conceito ainda é relativamente novo para a sociedade e frequentemente associado apenas à reciclagem", pontuou.

A falta de conhecimento sobre o tema também é um obstáculo. Segundo a pesquisa, apenas 13% dos brasileiros conhecem o conceito de economia circular. A ausência de critérios claros de enquadramento pode fazer com que projetos com potencial de circularidade sejam classificados em outras categorias de financiamento sustentável.

INDÚSTRIA

O estudo analisou operações financeiras realizadas entre 2020 e 2025 e identificou diferenças entre as fontes de recursos e os setores beneficiados.

Entre os principais resultados estão:

- Setor público: concentra R$ 44 bilhões em sete grandes participações;
- Bancos privados: apresentam maior capilaridade operacional, com 12 transações mapeadas;
- Indústria da Transformação: absorve 46,4% das operações;
- Serviços Industriais de Utilidade Pública: representam 32,1% das operações.

Entre os subsetores com maior participação estão borracha e materiais plásticos, com 21,4%, coleta e tratamento de resíduos, com 14,3%, e tecnologia, também com 14,3%.

A pesquisa identificou ainda entraves para empresas e instituições financeiras. Do lado da indústria, os principais problemas são o custo elevado do crédito, as exigências de garantias reais e a falta de previsibilidade na liberação dos recursos.

Já as instituições financeiras apontam a fragmentação de projetos de menor porte e a ausência de critérios técnicos padronizados para avaliar e classificar investimentos em ativos circulares.

META GLOBAL ATÉ 2035

Os resultados do levantamento também dialogam com o compromisso voluntário da Agenda de Ação da COP31, que prevê elevar a taxa global de uso circular de materiais para pelo menos 15% até 2035. Atualmente, esse índice está em 6,9%.

Para ampliar o acesso aos recursos, a CNI defende a harmonização dos critérios de elegibilidade dos projetos com a Taxonomia Sustentável Brasileira e as diretrizes da International Finance Corporation (IFC).

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletronico 250057.368/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o **EDITAL** de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLANTES PARA CIRURGIAS ORTOPÉDICAS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO COM COMODATO (GRAMPO AUTOCOMPRESSIVO ORTOPÉDICO EM AÇO INOXIDÁVEL E OUTROS), por repetição - (2 GRUPOS E 7 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº **25057.001394/2026-36.** Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 26/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.4/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O APARELHO CARDIOVASCULAR, GENITURINÁRIO E ENDÓCRINO (DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML E OUTROS) (47 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.001211/2026-82. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 30/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO – EVENTO DE ALTERAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.351/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o **EDITAL** de Licitação do **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CIRURGIA ROBÓTICA PARA ARTROPLASTIAS DE JOELHO E QUADRIL, COMPREENDENDO A LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS, BEM COMO O FORNECIMENTO, EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO, DOS RESPECTIVOS INSUMOS (2 GRUPOS),** estando vinculado ao Processo SEI nº **25057.002303/2026-80.** Abertura da sessão pública às **14h** do **dia 27/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

GBS ESTOCAGEM DE GÁS NATURAL S.A.
CNPJ/ME nº 38.427.732/0001-35 - NIRE 33.3.0033544-7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2026, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO

1. Data, hora e modo: Com base no disposto na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), a Assembleia Geral Extraordinária da GBS Estocagem de Gás Natural S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.427.732/0001-35 ("Companhia"), foi realizada de forma exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, no dia 25 de setembro de 2026, às 10:00 horas. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do único acionista da Companhia, representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Menicucci Esteves; e Secretária: Sra. Jéssica Pires Ramalho. **4. Presença:** Presente o único acionista da Companhia, conforme comprovado no livro próprio. **5. Ordem do dia e deliberações:** Por unanimidade dos votos do acionista representando a totalidade do capital social, foram tomadas as seguintes deliberações: **5.1.** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, na forma do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **5.2.** Aprovar, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 8º, item (a), do Estatuto Social, nova redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, no montante de R$ 5.565.885,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), com a consequente restituição de referido valor ao único acionista, Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, mediante o cancelamento de 5.565.885 (cinco milhões, quinhentas e sessenta e cinco mil, oitocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social a ser dividido em 85.867.137 (oitenta e cinco milhões, oitocentas e sessenta e sete mil, cento e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.3.** Fica consignado que a presente redução de capital e o arquivamento desta ata na Junta Comercial observarão o prazo legal de 60 (sessenta) dias nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76. **5.4.** Em razão da deliberação acima, e condicionado ao decurso do prazo previsto no item 5.3, reformar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 85.867.136,94 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 85.867.137 (oitenta e cinco milhões, oitocentas e sessenta e sete mil, cento e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **5.5.** Em razão da deliberação acima, fica reformulado o Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I à presente ata. **5.6.** Fica a Administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações acima aprovadas, incluindo a realização das publicações legais, a restituição de valores ao acionista após o decurso do prazo legal, o arquivamento dos atos societários perante a JUCERJA e a atualização dos registros contábeis, societários e cadastrais da Companhia. **6. Efeitos:** Para todos os fins legais, esta assembleia digital é considerada como realizada na sede da Companhia, na forma da IN DREI 81. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa. Acionista: Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2026. Mesa: Assinado digitalmente via D4Sign: Marcelo Menicucci Esteves - Presidente, Assinado digitalmente via D4Sign: Jéssica Pires Ramalho - Secretária. Acionista: **Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada.** Assinado digitalmente via D4Sign: Peter Andrew Jude Anthony Boot - Diretor, Assinado digitalmente via D4Sign: Pilar de Lemos Leoni Castro Y Perez - Diretora.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Vitale V18 Empreendimentos Imobiliários Ltda – CNPJ: 50.812.060/0001-87 torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento (SMDU), através do processo nº 000230.000417/2026-14, Autorização Ambiental Municipal para Manejo de Fauna Silvestre nº 32/2026 com validade de 24 meses para Levantamento de Fauna, incluindo apanha, captura e transporte de espécimes animais na área de influência direta e indireta do empreendimento, na Avenida Imperatriz Leopoldina, 1500, Barra Olímpica, Jacarepaguá/RJ.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2027

A Pregoeira **Jerusa Ferreira Dias** convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 5/2027** no dia **01/12/2026 às 11:00min**. - **Objeto: Aquisição de Medicamentos Manipulados** (acetazolamida 5 mg/ml solução ou suspensão oral, frasco 50 ml; dipiridamol 5 mg/ml injetável, ampola 2 ml; lorazepam 1 mg/ml solução ou suspensão oral; alprostadil (prostaglandina e1) 500 mcg/ml injetável etc) Processo nº. 33409.009182/2026-98. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 343/2025

O Pregoeiro Pedro Paulo Goncalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 343/2025** no dia **30/11/2026 às 13h**. **Objeto: Aquisição de Ecocardiógrafos de Alta Tecnologia. (Ecocardiógrafo (Mid End) de altíssima resolução; Ecocardiógrafo (High end) de altíssima resolução e Ecocardiógrafo portátil de altíssima resolução).** Processo nº 33409.002353/2025-77. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO 250057.284/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (FIO GUIA BOUGIE E OUTROS) - (02 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.017636/2025-22. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 27/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2027

A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 17/2027** no dia **30/11/2026 às 09:00min**. - **Objeto: Aquisição de Medicamentos - Uso Geral IV** (deslanosídeo 0,2 mg/m; diclofenaco de potássio 50 mg comprimido; dipirona 500 mg comprimido e etc.) **Processo nº. 33409.007549/2026-39**. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 444/2026

O Pregoeiro Andre Luis Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 444/2026** no dia **30/11/2026 às 14:00min**. - **Objeto: Aquisição de Sensores de Monitorização** (sensor de monitorização cerebral bi-espectral descartável tamanho adulto e sensor de monitorização cerebral bi-espectral descartável tamanho pediátrico) **Processo nº. 33409.010045/2026-04**. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.314/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DO SETOR DE HEMOTERAPIA,** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.004893/2026-85. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 02/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.166/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLANTES PARA CIRURGIAS ORTOPÉDICAS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO (HASTE INTRAMEDULAR) (07 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.003267/2026-71. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 27/11/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

GBS ESTOCAGEM DE GÁS NATURAL S.A.
CNPJ/ME 38.427.732/0001-35 - NIRE 33.3.0033544-7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2026, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO

1. Data, hora e modo: Com base no disposto na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), a Assembleia Geral Extraordinária da GBS Estocagem de Gás Natural S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.427.732/0001-35 ("Companhia"), foi realizada de forma exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, no dia 10 de setembro de 2026, às 10:00 horas. **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do único acionista da Companhia, representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Menicucci Esteves; e Secretária: Sra. Jéssica Pires Ramalho. **4. Presença:** Presente o único acionista da Companhia, conforme comprovado no livro próprio. **5. Ordem do dia e deliberações:** Por unanimidade dos votos do acionista representando a totalidade do capital social, foram tomadas as seguintes deliberações: **5.1.** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, na forma do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **5.2.** Aprovar, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 8º, item (a), do Estatuto Social, a redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, no montante de R$ 12.434.115,00 (doze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e quinze reais), com a consequente restituição de referido valor ao único acionista, Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, mediante o cancelamento de 12.434.115 (doze milhões, quatrocentas e trinta e quatro mil, cento e quinze) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, passando o capital social a ser dividido em 91.433.022 (noventa e um milhões, quatrocentas e trinta e três mil e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.3.** Fica consignado que a presente redução de capital e o arquivamento desta ata na Junta Comercial observarão o prazo legal de 60 (sessenta) dias nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76. **5.4.** Em razão da deliberação acima, e condicionado ao decurso do prazo previsto no item 5.3, reformar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 91.433.021,94 (noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e três mil, vinte e um reais e noventa e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 91.433.022 (noventa e um milhões, quatrocentas e trinta e três mil e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **5.5.** Em razão da deliberação acima, fica reformulado o Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I à presente ata. **5.6.** Fica a Administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações acima aprovadas, incluindo a realização das publicações legais, a restituição de valores ao acionista após o decurso do prazo legal, o arquivamento dos atos societários perante a JUCERJA e a atualização dos registros contábeis, societários e cadastrais da Companhia. **6. Efeitos:** Para todos os fins legais, esta assembleia digital é considerada como realizada na sede da Companhia, na forma da IN DREI 81. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa. Acionista: Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2026. Mesa: Assinado digitalmente via D4Sign: Marcelo Menicucci Esteves - Presidente, Assinado digitalmente via D4Sign: Jéssica Pires Ramalho - Secretária. Acionista: **Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada**. Assinado digitalmente via D4Sign: Peter Andrew Jude Anthony Boot - Diretor, Assinado digitalmente via D4Sign: Pilar de Lemos Leoni Castro Y Perez - Diretora.

PRIMAVERA: Sol com nuvens e chuva passageira. À noite o tempo firme. Manhã Tarde Noite 29º 19º 75% 05:15 18:31

CARNAVAL

MP cobra Nunes sobre plano de segurança

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) deu prazo até o dia 30 deste mês para que a Prefeitura da capital apresente os planos de operação e segurança dos blocos que vão desfilar no carnaval de rua de 2027, na capital paulista. Também recomenda estudos técnicos específicos para cada via pública ou circuito onde haverá desfile de blocos, informando a capacidade de pessoas por metro quadrado e as vias de escape. Os estudos devem ser divulgados com antecedência mínima de 45 dias do início dos desfiles.

O objetivo é evitar o caos que aconteceu no carnaval de 2026, quando mais de 1 milhão de foliões ocuparam a Rua da Consolação para seguir megablocos e o público, espremido contra os gradis, improvisou rotas de fuga, derrubando o portão da Escola da Magistratura. Um inquérito aberto em julho de 2026 apura eventuais falhas na organização.

A Prefeitura da capital diz que recebeu as recomendações do Ministério Público para a realização dos desfiles de blocos no carnaval de São Paulo de 2027 e está providenciando as informações solicitadas.

O carnaval de rua de São Paulo para 2027 baterá um novo recorde com 741 blocos inscritos, o que representa um aumento de 17,6% em relação aos 630 blocos da edição deste ano, segundo a Prefeitura. A folia será dividida em três períodos:

- pré-carnaval, em 30 e 31 de janeiro;
- carnaval, de 6 a 9 de fevereiro;
- pós-carnaval, em 13 e 14 de fevereiro.

Em 2026, segundo o município, 17,3 milhões de pessoas brincaram no carnaval, somando blocos de rua e desfiles das escolas no sambódromo do Anhembi.

A Prefeitura definiu que os blocos que reúnam mais de 15 mil pessoas deverão apresentar o plano de operação e segurança à SPTuris até 4 de janeiro de 2027.

O MP considera que esse prazo dado à Comissão Especial de Organização do carnaval de rua tem pouca antecedência. "É menos de um mês antes do pré-carnaval, marcado para 30 e 31 de janeiro O critério declaratório e a antecedência exígua para a análise de tais planos reproduzem, na essência, o modelo que se mostrou insuficiente", diz a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da capital.

Até o dia 30 deste mês, segundo o MPSP, a Prefeitura deve atender estes quesitos:

- Apresentar estudo técnico de viabilidade e segurança para cada circuito do desfile, incluindo densidade de público por metro quadrado, modelagem dos fluxos de entrada, controle de escape e vias de evacuação;
- Definir a capacidade máxima de público simultâneo em cada via ou circuito em número de pessoas, se abstendo de autorizar desfile em via para qual não tenha sido fixada a capacidade;
- Se abster de autorizar megablocos ou blocos de grande porte nas ruas da Consolação e Augusta ou qualquer outra via que não demonstre a ocupação com segurança, salvo se houver aval da PM e Corpo de Bombeiros.

ESTUDO

O documento, enviado no dia 20 de outubro ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) (**foto**), observa que, a menos de três meses do carnaval, ainda não há definição prévia de ocupação máxima segura no circuito da Rua da Consolação, bem como do controle de acesso e da dispersão.

O MP diz ainda que a Polícia Militar recomenda que sejam evitados desfiles e eventos de grande concentração de público, como megablocos, nas ruas da Consolação e Augusta, em razão das características estruturais e operacionais, com potencial para acidentes graves.

"Não obstante, segundo divulgado pela própria Prefeitura, os desfiles dos megablocos de 2027 permanecem destinados a vias previamente definidas, entre as quais a Rua da Consolação, sem que conste dos autos estudo técnico que enfrente as limitações apontadas pela Polícia Militar."

Conforme o MP, a autorização de desfiles de megablocos nas ruas da Consolação e Augusta, bem como em outros locais que apresentem limitações de segurança, deverá depender de estudo que comprove a viabilidade da ocupação, com aprovação da PM e do Corpo de Bombeiros.

Os promotores Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Daniel Menezes da Rocha Crioulo, Larissa Detomini Gaya da Costa, Camila Mansour Magalhães da Silveira, Roberto Luís de Oliveira Pimentel e Denise Elizabeth Herrera apontam ainda que a Guarda Civil Metropolitana não participa da definição da capacidade dos circuitos, a estrutura de saúde é dimensionada a partir de dados fornecidos por terceiros e a decisão sobre trajetos e público não está formalmente atribuída a um responsável técnico identificado.

O documento trata ainda da definição antecipada de critérios para restringir ou interromper acessos, monitoramento da lotação em tempo real, rotas de fuga e áreas de escape previamente planejadas.

Outro conjunto de medidas recomendadas diz respeito à infraestrutura e à organização dos serviços. O texto traz parâmetros quanto a banheiros químicos, pontos de água potável, postos médicos, ambulâncias, equipes de saúde e bombeiros civis. O MPSP também pede a participação de moradores, comerciantes e representantes dos blocos e a elaboração de relatórios após o evento.

O MP informou que não vai interferir na organização do carnaval, mas exigirá que ela seja feita com base em estudos técnicos.



Os promotores ressaltam que a festa deve ser preservada, mas acompanhada de planejamento capaz de proteger todos os envolvidos, sustentando que a recomendação não visa a "restringir a festa, mas a assegurá-la em condições seguras para foliões, trabalhadores e moradores".

ESTAÇÕES

A recomendação tem como contexto os problemas registrados no pré-carnaval de 2026, especialmente na região da Rua da Consolação. No dia 8 de fevereiro, o encontro de dois megablocos - o Bloco Skol com o DJ Calvin Harris e o tradicional Acadêmicos do Baixo Augusta -, causou uma superlotação com a concentração superior a 1 milhão de pessoas, acima da capacidade de absorção da via.

Houve empurra-empurra, queda de grades de contenção, invasão ao quartel do Corpo de Bombeiros, danos a um ponto de ônibus e dezenas de pessoas passaram mal. Na ocasião, foi necessário acionar o plano de contingência, fechar as estações Paulista e Higienópolis-Mackenzie do metrô por seis horas e improvisar rotas de fuga.

Segundo o MP, a Polícia Militar já havia alertado anteriormente para os riscos de grandes concentrações nas ruas da Consolação e Augusta, em razão da escassez de áreas de escape, da segregação física e do declive acentuado.

Destaca ainda que, na maior aglomeração urbana da edição de 2026, o poder público não dispunha de instrumento de medição objetiva da ocupação, ficando a decisão de conter o acesso na dependência da percepção visual dos agentes. "A própria cifra de 1 milhão de pessoas foi apresentada sem metodologia de aferição, o que reforça a necessidade de que a edição de 2027 conte com meios técnicos de contagem e de estimativa de densidade", diz.

CALÇADA CEDE

Mulher com criança no colo e homem são 'engolidos' por cratera

ANA MAGALHÃES/AE

Uma mulher com uma criança no colo e um homem caíram em uma cratera após uma calçada ceder ontem, em Sumaré, no interior de São Paulo. O acidente foi registrado por uma câmera de segurança de uma padaria.

Em nota, a Prefeitura de Sumaré informou que acionou a Defesa Civil para avaliar o afundamento do asfalto e adotar as providências necessárias.

Segundo a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), as vítimas receberam atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) por volta das 11h e tiveram apenas escoriações leves.

As imagens mostram a mulher saindo da padaria, localizada na avenida da Amizade, com uma criança no colo. Em seguida, ela para conversar com uma pessoa que está dentro do estabelecimento

Nesse momento, parte da calçada cede e provoca a queda das duas. Um homem que também passava pelo local caiu na cratera.

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural (SMMUR) foi acionada para monitorar o trânsito no trecho, com o objetivo de garantir a segurança dos motoristas e orientar a circulação de veículos.

"Engenheiros das Secretarias Municipais de Obras e de Planejamento, equipes da Administração Regional e da Defesa Civil, além de representantes da BRK Ambiental, estão no local para averiguar as possíveis causas do problema e definir os reparos necessários", informou a prefeitura.

O Estadão entrou em contato com a BRK Ambiental, empresa de saneamento básico da cidade, e aguarda retorno.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 70ª (SEPTUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, na qualidade de emissora dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da sua 70ª (septuagésima) emissão, vem, por meio do presente, rerratificar o edital de convocação da Assembleia Especial de Investidores dos titulares dos referidos certificados, publicado em 30 de outubro de 2026 ("Edital Original"), para: (i) alterar o item (ii) da Ordem do Dia, de forma a (a) prever expressamente a autorização para a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares necessários à formalização da transferência dos Direitos Reais de Superfície e da cessão da posição contratual nos Contratos BTS ao FII, bem como à correspondente adequação dos Documentos da Operação; (b) ressalvar a Alienação Fiduciária de Quotas da manutenção das Garantias; e (c) prever a sucessão da Cedente pelo FII nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias; (ii) incluir na Ordem do Dia, como novo item (iv), a deliberação sobre a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii); (iii) alterar o item (v) da Ordem do Dia (anterior item (iv)), de forma a incluir, entre as matérias a serem refletidas nos aditamentos aos Documentos da Operação, a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, ressalvando-a da manutenção das demais Garantias; (iv) alterar o item (vii) da Ordem do Dia (anterior item (vi)), de forma a incluir expressamente os aditamentos ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície; (v) renumerar os itens subsequentes da Ordem do Dia e ajustar as respectivas remissões; e (vi) alterar a data e o horário de realização da Assembleia, que passará a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2026, às 16:00 horas**. Em razão do exposto, o Edital Original passa a vigorar com a seguinte redação: Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 70ª (septuagésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 70ª (septuagésima) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda.*", celebrado em 30 de novembro de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste Edital. Para fins de contextualização das matérias constantes da Ordem do Dia, informa-se aos Titulares dos CRI que foi acordada a prorrogação da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043, cuja formalização ocorrerá por meio dos respectivos aditamentos. A referida prorrogação dos Contratos BTS não constitui matéria submetida à deliberação desta Assembleia, observado o disposto na Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão, sendo submetidas à aprovação dos Titulares dos CRI as alterações dos CRI e dos Documentos da Operação decorrentes da referida prorrogação, bem como a prévia autorização para a eventual transferência futura dos Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro e a cessão da posição contratual da Cedente nos respectivos Contratos BTS ao FII (conforme definido abaixo) e para os correspondentes ajustes nos Documentos da Operação e a alteração da Conta de Livre Movimentação, conforme descritas abaixo. A Assembleia será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a alteração das características dos CRI 2ª Série – Subordinado, em decorrência da extensão da vigência dos Contratos BTS mencionada acima, para: a. alterar a Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, atualmente prevista para 31 de dezembro de 2041, que passará a ser 28 de dezembro de 2043; b. alterar, em consequência, o item (x) "Prazo e Data de Vencimento dos CRI" da Cláusula 3.1 do Termo de Securitização e as demais disposições do Termo de Securitização que contenham referências à Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, exclusivamente na medida necessária para refletir a nova data de vencimento; c. substituir integralmente o Item II – "Fluxo de Amortização dos CRI 2ª Série – Subordinado" do "Anexo II – Fluxo de Amortização e Remuneração dos CRI" do Termo de Securitização pelo novo cronograma constante do Anexo I ao material de apoio ao presente Edital, que será disponibilizado aos Titulares dos CRI na mesma data de publicação deste Edital de Convocação ("Material de Apoio"), sendo que referido cronograma passará a integrar o Termo de Securitização e contemplará como Data de Pagamento final dos CRI 2ª Série – Subordinado o dia 28 de dezembro de 2043; sendo certo que não haverá alteração da Data de Vencimento CRI 1ª Série - Sênior ou do cronograma de amortização e remuneração dos CRI 1ª Série – Sênior em decorrência das matérias objeto deste item; (ii) aprovar ou não a prévia autorização para que, a qualquer tempo durante a vigência dos CRI, a Cedente possa: (a) transferir ao **BRASOL RENDA IMOBILIÁRIA SOLAR I FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.316.418/0001-92, representado por sua instituição administradora e proprietária fiduciária dos ativos que compõem seu patrimônio, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, e gerido por **BRASOL RENEWABLES INVESTMENT COMPANY – BRIC INVESTIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.911.141/0001-05 ("FII") os Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro, conforme definidos na Alienação Fiduciária de Direito de Superfície e (b) ceder e transferir ao FII sua posição contratual nos respectivos Contratos BTS vinculados aos Imóveis Lastro, ficando desde já autorizadas, quando da efetivação de referida cessão e transferência, a substituição da Cedente pelo FII nos Documentos da Operação aplicáveis e a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares, incluindo escrituras públicas, contratos, termos de cessão e transferência e respectivos aditamentos, necessários à formalização das operações previstas nas alíneas a e b deste item (ii) e à correspondente adequação dos Documentos da Operação sem necessidade de nova deliberação dos Titulares dos CRI para esse fim, sendo certo que a efetivação das matérias previstas neste item (ii) ficará condicionada à conclusão de diligência legal do FII, a ser conduzida pelo assessor legal referido no item (vi) abaixo, desde que a diligência legal do FII não identifique qualquer fato, ato, omissão ou restrição jurídica que (a) impeça a implementação da cessão, transferência e substituição previstas neste item; ou (b) impeça o FII de assumir a posição contratual da Cedente nos Documentos da Operação aplicáveis. Uma vez satisfeita referida condição, fica, ainda, desde já autorizada a Emissora a conceder todas e quaisquer anuências necessárias ou convenientes à implementação das matérias previstas neste item (ii), inclusive em quaisquer atos, instrumentos, registros, averbações ou requerimentos perante cartórios, serventias extrajudiciais, órgãos reguladores e demais autoridades competentes, conforme aplicável, observado que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) abaixo, as demais Garantias (conforme definidas no Termo de Securitização) deverão permanecer válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Termo de Securitização). Quando da efetivação da transferência prevista neste item, o FII sucederá a Cedente na posição contratual por ela ocupada nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, no que se refere aos bens, direitos e relações contratuais transferidos ao FII. Tal substituição deverá ser formalizada sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias, permanecendo os respectivos bens e direitos onerados em favor da Emissora, mediante a celebração dos instrumentos e aditamentos e a realização dos registros e averbações necessários; (iii) aprovar ou não a alteração da Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Termo de Securitização), atualmente mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (237), agência 2372, conta corrente nº 38260-4, para a conta corrente nº 97166-4, agência 2419, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. (341), de titularidade da Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda., bem como a correspondente alteração da definição de "Conta de Livre Movimentação" e das demais referências correlatas constantes do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis; (iv) aprovar ou não, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a liberação, pela Emissora, da Alienação Fiduciária de Quotas constituída sobre a totalidade das quotas da Cedente em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da efetivação da cessão, transferência e substituição referidas acima, sem que a liberação ora aprovada caracterize Evento de Execução das Garantias nos termos dos Documentos da Operação; (v) aprovar ou não a celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para refletir, conforme aplicável, substancialmente nos termos das minutas constantes do Anexo I à Ata de Assembleia (a) a extensão da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043; (b) a nova Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado; (c) o novo fluxo de amortização e remuneração dos CRI 2ª Série – Subordinado aprovado nos termos do item (i) acima; (d) a alteração da Conta de Livre Movimentação nos termos do item (iii) acima; (e) a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima; e (f) a correspondente adequação das definições, características e referências às Obrigações Garantidas, aos Direitos Creditórios Imobiliários, aos Contratos BTS, às Datas de Vencimento e à Conta de Livre Movimentação, conforme aplicável, ficando consignado que os Direitos Creditórios Imobiliários permanecerão de titularidade da Emissora e vinculados ao Patrimônio Separado e que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima, as demais Garantias permanecerão válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos respectivos Documentos da Operação; (vi) aprovar ou não, caso se pretenda efetivar a cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a contratação do PMK Advogados, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para condução da diligência legal do FII referida no item (ii) acima e prestação dos demais serviços necessários à implementação da estrutura aqui prevista, e nos termos da proposta que constará no Anexo à Ata de Assembleia; e (vii) autorizar ou não a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações que venham a ser aprovadas na Assembleia, incluindo a negociação e celebração dos respectivos aditamentos ao Termo de Securitização, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície, conforme aplicável, e aos demais Documentos da Operação aplicáveis, a concessão das anuências aprovadas nos termos do item (ii) acima, conforme aplicável, bem como a realização dos registros, averbações, comunicações e demais providências necessárias ou convenientes para refletir as alterações aprovadas. Para fins de esclarecimento, em observância ao disposto na Cláusula 14.14.1 do Termo de Securitização, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado somente possuem direito de voto em matérias que tratem diretamente de questões relacionadas à execução de Garantias. Dessa forma, considerando que as matérias constantes da Ordem do Dia acima não tratam diretamente da execução de Garantias, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado poderão participar da Assembleia, porém não exercerão direito de voto nas deliberações objeto deste Edital, devendo os respectivos quóruns de deliberação ser apurados considerando os Titulares dos CRI com direito de voto nos termos do Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI BRASOL – 70ª Emissão"; observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. Ficam ratificadas todas as demais disposições do Edital Original que não tenham sido expressamente alteradas por meio do presente edital de rerratificação.

São Paulo, 16 de novembro de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 50ª (QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

A **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, na qualidade de emissora dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da sua 50ª (quinquagésima) emissão, vem, por meio do presente, rerratificar o edital de convocação da Assembleia Especial de Investidores dos titulares dos referidos certificados, publicado em 30 de outubro de 2026 ("Edital Original"), para: (i) alterar o item (ii) da Ordem do Dia, de forma a (a) prever expressamente a autorização para a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares necessários à formalização da transferência dos Direitos Reais de Superfície e da cessão da posição contratual nos Contratos BTS ao FII, bem como à correspondente adequação dos Documentos da Operação; (b) ressalvar a Alienação Fiduciária de Quotas da manutenção das Garantias; e (c) prever a sucessão da Cedente pelo FII nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias; (ii) incluir na Ordem do Dia, como novo item (iv), a deliberação sobre a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii); (iii) alterar o item (v) da Ordem do Dia (anterior item (iv)), de forma a incluir, entre as matérias a serem refletidas nos aditamentos aos Documentos da Operação, a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, ressalvando-a da manutenção das demais Garantias; (iv) alterar o item (vii) da Ordem do Dia (anterior item (vi)), de forma a incluir expressamente os aditamentos ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície; (v) renumerar os itens subsequentes da Ordem do Dia e ajustar as respectivas remissões; e (vi) alterar a data e o horário de realização da Assembleia, que passará a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de dezembro de 2026, às 16:00 horas**. Em razão do exposto, o Edital Original passa a vigorar com a seguinte redação: Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 50ª (quinquagésima) emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 50ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Cedidos pela Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda.*", celebrado em 09 de agosto de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), e nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 09 de dezembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular dos CRI, conforme previsto neste Edital. Para fins de contextualização das matérias constantes da Ordem do Dia, informa-se aos Titulares dos CRI que foi acordada a prorrogação da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043, cuja formalização ocorrerá por meio dos respectivos aditamentos. A referida prorrogação dos Contratos BTS não constitui matéria submetida à deliberação desta Assembleia, observado o disposto na Cláusula 1.4 do Contrato de Cessão, sendo submetidas à aprovação dos Titulares dos CRI as alterações dos CRI e dos Documentos da Operação decorrentes da referida prorrogação, bem como a prévia autorização para a eventual transferência futura dos Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro e a cessão da posição contratual da Cedente nos respectivos Contratos BTS ao FII (conforme definido abaixo) e para os correspondentes ajustes nos Documentos da Operação e a alteração da Conta de Livre Movimentação, conforme descritas abaixo. A Assembleia será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a alteração das características dos CRI 2ª Série – Subordinado, em decorrência da extensão da vigência dos Contratos BTS mencionada acima, para: a. alterar a Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, atualmente prevista para 28 de março de 2039, que passará a ser 28 de dezembro de 2043; b. alterar, em consequência, o item (x) "Prazo e Data de Vencimento dos CRI" da Cláusula 3.1 do Termo de Securitização e as demais disposições do Termo de Securitização que contenham referências à Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado, exclusivamente na medida necessária para refletir a nova data de vencimento; c. substituir integralmente o Item II – "Fluxo de Amortização dos CRI 2ª Série – Subordinado" do "Anexo II – Fluxo de Amortização e Remuneração dos CRI" do Termo de Securitização pelo novo cronograma constante do Anexo I ao material de apoio ao presente Edital, que será disponibilizado aos Titulares dos CRI na mesma data de publicação deste Edital de Convocação("Material de Apoio"), sendo que referido cronograma passará a integrar o Termo de Securitização e contemplará como Data de Pagamento final dos CRI 2ª Série – Subordinado o dia 28 de dezembro de 2043; sendo certo que não haverá alteração da Data de Vencimento CRI 1ª Série – Sênior ou do cronograma de amortização e remuneração dos CRI 1ª Série – Sênior em decorrência das matérias objeto deste item; (ii) aprovar ou não a prévia autorização para que, a qualquer tempo durante a vigência dos CRI, a Cedente possa: (a) transferir ao **BRASOL RENDA IMOBILIÁRIA SOLAR I FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.316.418/0001-92, representado por sua instituição administradora e proprietária fiduciária dos ativos que compõem seu patrimônio, **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23, e gerido por BRASOL RENEWABLES INVESTMENT COMPANY – BRIC INVESTIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.911.141/0001-05 ("FII") os Direitos Reais de Superfície vinculados aos Imóveis Lastro, conforme definidos na Alienação Fiduciária de Direito de Superfície e (b) ceder e transferir ao FII sua posição contratual nos respectivos Contratos BTS vinculados aos Imóveis Lastro, ficando desde já autorizadas, quando da efetivação de referida cessão e transferência, a substituição da Cedente pelo FII nos Documentos da Operação aplicáveis e a celebração e a outorga de quaisquer instrumentos públicos ou particulares, incluindo escrituras públicas, contratos, termos de cessão e transferência e respectivos aditamentos, necessários à formalização das operações previstas nas alíneas (a) e (b) deste item (ii) e à correspondente adequação dos Documentos da Operação sem necessidade de nova deliberação dos Titulares dos CRI para esse fim, sendo certo que a efetivação das matérias previstas neste item (ii) ficará condicionada à conclusão de diligência legal do FII, a ser conduzida pelo assessor legal referido no item (vi) abaixo, desde que a diligência legal do FII não identifique qualquer fato, ato, omissão ou restrição jurídica que (a) impeça a implementação da cessão, transferência e substituição previstas neste item; ou (b) impeça o FII de assumir a posição contratual da Cedente nos Documentos da Operação aplicáveis. Uma vez satisfeita referida condição, fica, ainda, desde já autorizada a Emissora a conceder todas e quaisquer anuências necessárias ou convenientes à implementação das matérias previstas neste item (ii), inclusive em quaisquer atos, instrumentos, registros, averbações ou requerimentos perante cartórios, serventias extrajudiciais, órgãos reguladores e demais autoridades competentes, conforme aplicável, observado que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) abaixo as demais Garantias deverão permanecer válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas. Quando da efetivação da transferência prevista neste item, o FII sucederá a Cedente na posição contratual por ela ocupada nas Garantias remanescentes e nos demais Documentos da Operação aplicáveis, no que se refere aos bens, direitos e relações contratuais transferidos ao FII. Tal substituição deverá ser formalizada sem solução de continuidade das Garantias, sem novação das Obrigações Garantidas e sem alteração do grau de prioridade das Garantias, permanecendo os respectivos bens e direitos onerados em favor da Emissora, mediante a celebração dos instrumentos e aditamentos e a realização dos registros e averbações necessários. (iii) aprovar ou não a alteração da Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Termo de Securitização), atualmente mantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (033), agência 2271, conta corrente nº 13012174-1, para a conta corrente nº 97169-8, agência 2419, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. (341), de titularidade da Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda., bem como a correspondente alteração da definição de "Conta de Livre Movimentação" e das demais referências correlatas constantes do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Operação aplicáveis; (iv) aprovar ou não, condicionada à efetivação da cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a liberação, pela Emissora, da Alienação Fiduciária de Quotas constituída sobre a totalidade das quotas da Cedente em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da efetivação da cessão, transferência e substituição referidas acima, sem que a liberação ora aprovada caracterize Evento de Execução das Garantias nos termos dos Documentos da Operação; (v) aprovar ou não a celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para refletir, conforme aplicável, substancialmente nos termos das minutas constantes do Anexo I à Ata de Assembleia (a) a extensão da vigência dos Contratos BTS até 31 de dezembro de 2043; (b) a nova Data de Vencimento CRI 2ª Série – Subordinado; (c) o novo fluxo de amortização e remuneração dos CRI 2ª Série – Subordinado aprovado nos termos do item (i) acima; (d) a alteração da Conta de Livre Movimentação nos termos do item (iii) acima; (e) a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima; e (f) a correspondente adequação das definições, características e referências às Obrigações Garantidas, aos Direitos Creditórios Imobiliários, aos Contratos BTS, às Datas de Vencimento e à Conta de Livre Movimentação, conforme aplicável, ficando consignado que os Direitos Creditórios Imobiliários permanecerão de titularidade da Emissora e vinculados ao Patrimônio Separado e que, ressalvada a liberação da Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do item (iv) acima, as demais Garantias permanecerão válidas, eficazes e em vigor até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos respectivos Documentos da Operação; (vi) aprovar ou não, caso se pretenda efetivar a cessão, transferência e substituição previstas no item (ii) acima, a contratação do PMK Advogados, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para condução da diligência legal do FII referida no item (ii) acima e prestação dos demais serviços necessários à implementação da estrutura aqui prevista, e nos termos da proposta que constará no Anexo à Ata de Assembleia; e (vii) autorizar ou não a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações que venham a ser aprovadas na Assembleia, incluindo a negociação e celebração dos respectivos aditamentos ao Termo de Securitização, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Direito de Superfície, conforme aplicável e aos demais Documentos da Operação aplicáveis, a concessão das anuências aprovadas nos termos do item (ii) acima, conforme aplicável, bem como a realização dos registros, averbações, comunicações e demais providências necessárias ou convenientes para refletir as alterações aprovadas. Para fins de esclarecimento, em observância ao disposto na Cláusula 14.14.1 do Termo de Securitização, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado somente possuem direito de voto em matérias que tratem diretamente de questões relacionadas à execução de Garantias. Dessa forma, considerando que as matérias constantes da Ordem do Dia acima não tratam diretamente da execução de Garantias, os Titulares dos CRI 2ª Série – Subordinado poderão participar da Assembleia, porém não exercerão direito de voto nas deliberações objeto deste Edital, devendo os respectivos quóruns de deliberação ser apurados considerando os Titulares dos CRI com direito de voto nos termos do Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI BRASOL – 50ª Emissão"; observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. Ficam ratificadas todas as demais disposições do Edital Original que não tenham sido expressamente alteradas por meio do presente edital de rerratificação.

São Paulo, 16 de novembro de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

Manhã Tarde Noite 31º 22º 85% 05:03 18:20

PRIMAVERA: Sol com nuvens e chuva passageira. Noite de tempo firme.

CRIME COMPENSA

Câmara do Rio mantém medalha a deputada eleita

A presidência da Câmara Municipal do Rio de Janeiro rejeitou ontem, o pedido da vereadora Mônica Benício (PSOL) para suspender a Medalha Chiquinha Gonzaga concedida a Eduarda Campopiano (PL), deputada estadual eleita por São Paulo.

Assinado pela presidente em exercício, Tânia Bastos (Republicanos), o despacho sustenta que o requerimento não preenchia os requisitos do Regimento Interno, mantendo a homenagem aprovada pelo plenário no dia 10.

A decisão se apoia no artigo 323 do Regimento, que prevê a suspensão de honrarias em casos como condenação criminal ou improbidade administrativa. A presidência também afirmou que os questionamentos deveriam ter sido feitos antes da votação. O despacho, portanto, tratou apenas do procedimento e não do mérito: se Campopiano cumpre o que a própria resolução exige.

A JUSTIFICATIVA

Autores da proposta rejeitam a contestação. O vereador Fernando Armelau (PL) afirmou que cancelar a medalha por pressão externa abriria precedente para contestar outras votações. Alana Passos (PL) disse que divergência ideológica não basta para anular decisão aprovada pelos vereadores. A proposta é assinada ainda por Marcos Dias (Podemos) e Leniel Borel (PP).

No requerimento, os vereadores que propuseram a entrega da medalha para Eduarda argumentam que a honraria é um "reconhecimento à sua trajetória pública, à sua atuação política e à sua contribuição para a representatividade feminina nos espaços de decisão".

"Sua trajetória evidencia a crescente participação feminina na política brasileira e a relevância do engajamento cívico na construção da democracia e no fortalecimento das instituições públicas. A Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga constitui uma honraria destinada a reconhecer mulheres que se destacam por sua atuação e contribuição à sociedade. Nesse contexto, a homenagem a Maria Eduarda Campopiano Monteiro representa o reconhecimento de sua trajetória na vida pública e de sua expressiva representatividade no cenário político nacional", diz.

HISTÓRICO

Durante seu mandato como vereadora de Praia Grande, entre 2025 e 2026, Eduarda apresentou 20 projetos de lei, dos quais apenas três foram aprovados e sancionados como leis municipais: a prioridade de matrícula para irmãos na mesma escola da rede municipal, a proibição de contratação de condenados por crimes sexuais contra menores para cargos públicos e a criação do Dia de Conscientização da Saúde Mental Masculina no calendário da cidade.

Outras quatro propostas permaneceram em tramitação aguardando análise das comissões permanentes: a criação do "Cantinho do Acolhimento", espaços reservados para pessoas neurodivergentes em estabelecimentos públicos e privados, a instituição do Programa Municipal de Prevenção aos Impactos das Apostas Online e Combate à Ludopatia, a declaração de utilidade pública da ONG Formiguinhas da Praia e a instalação de placas informativas alertando sobre regiões com altos índices de assaltos.

A maioria das proposições, 13 projetos de lei, acabou vetada ou arquivada por inconstitucionalidade, principalmente por invadirem competências exclusivas da União, do Estado ou do Poder Executivo. Entre os textos barrados estavam medidas de segurança e costumes, como a restrição da presença de crianças em eventos culturais, carnavalescos e LGBTQIA+, a criação de infração administrativa para o consumo de maconha em locais familiares, a proibição de shows infantojuvenis com apologia ao crime ou às drogas e a apreensão de bens ligados ao tráfico.

Outra proposta, que previa medidas contra bullying exclusivas para meninos nas escolas, foi recusada pela Comissão de Justiça e Redação. Um dos fundamentos foi uma lei municipal de 2009 que já trata do tema sem distinção entre meninos e meninas.

525 mil pessoas assinaram petição contra a honraria

A concessão da Medalha Chiquinha Gonzaga desencadeou uma mobilização nacional. Mais de 525 mil pessoas assinaram petição contra a honraria. A reação partiu de movimentos sociais, artistas, parlamentares e juristas.

Críticos argumentam que a deputada ganhou projeção justamente por posicionamentos conservadores e críticas ao movimento feminista, enquanto Chiquinha Gonzaga, nome da medalha, foi abolicionista e pioneira ao enfrentar as restrições impostas às mulheres no século 19.

ROUPAS

Anvisa proíbe dois tira-manchas à base de percarbonato de sódio

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, ontem a apreensão de todos os lotes de dois alvejantes tira-manchas à base de percarbonato de sódio, Brankissimo Alvejante e Alveclean Tira Manchas em Pó. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União*.

Os produtos são popularizados nas redes sociais e também vendidos pela internet. A comercialização, distribuição, fabricação, propaganda e o uso foram proibidos.

Ambos os alvejantes, segundo a Anvisa, não têm regularização sanitária e são feitos por empresas sem autorização de funcionamento para a fabricação.

COSMÉTICO

A resolução da agência também prevê a apreensão de todos os lotes do produto Lace Glue, usado para fixar próteses capilares. Da mesma forma, o cosmético não tem registro e é produzido por empresa sem autorização de funcionamento.

DOENÇA

Rio tem primeira morte confirmada por mpox no país

RAFAEL CARDOSO/A BRASIL

O estado do Rio de Janeiro confirmou nesta semana a primeira morte por mpox do país. Não foram divulgados detalhes da vítima, apenas que ela era da capital.

A doença infecciosa é causada pelo Mpox vírus (MPXV) e provoca sintomas como feridas na pele e mucosas, assim como febre, dores de cabeça e no corpo.

Até a última sexta-feira, a Secretaria de Saúde tinha registrado 382 casos de pessoas infectadas pelo vírus em 2026. Do total, 124 ocorreram no período entre 1º de janeiro e 12 de setembro. A partir desta data, foram registrados outros 258 casos.

A proporção de confirmações depois das notificações passou de 23,6%, no primeiro período para 49,5% no segundo.

Pelo menos 55 pacientes precisaram de hospitalização. A idade média dos infectados é de 33,8 anos. O município do Rio de Janeiro concentra 71,2% dos registros estaduais.

VACINA

No dia 8 de novembro, o Ministério da Saúde anunciou que garantiu a aquisição de 25 mil doses da vacina contra a mpox, com previsão de entrega em três semanas. Os novos imunizantes reforçarão o estoque nacional.

Segundo a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, mais de duas mil doses foram disponibilizadas para o estado. O esquema vacinal prevê duas doses, com intervalo de 28 dias entre elas.

A imunização é indicada para públicos específicos com maior risco: profissionais de laboratório que trabalham com o vírus; pessoas vivendo com HIV/Aids em situação de imunossupressão; e indivíduos que tiveram contato direto de médio ou alto risco com pessoas suspeitas ou confirmadas para Mpox.

PREVENÇÃO

A principal orientação das autoridades é evitar contato físico direto com pessoas que apresentem sinais suspeitos da infecção, especialmente lesões na pele ou nas mucosas.

Segundo a Secretaria de Saúde, a quantidade de lesões varia de acordo com cada paciente: são mais frequentes no rosto, nas palmas das mãos e nas plantas dos pés, mas podem surgir em qualquer parte do corpo, inclusive nos órgãos genitais.

O tratamento é feito com foco no alívio dos sintomas, na prevenção e no controle de possíveis complicações e na redução do risco de sequelas.

A recomendação é procurar atendimento em uma unidade de saúde ao identificar lesões suspeitas, principalmente nas regiões genital, anal e oral ou em outras partes do corpo, mesmo na ausência de febre ou aumento dos gânglios linfáticos.

ESPECIAL

Leilões de energia movimentam R$ 14,25 bilhões e garantem fornecimento até 2030

ABRASIL



POR REDAÇÃO

Os leilões de energia elétrica realizados na sexta-feira (13) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com operacionalização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), movimentaram R$ 14,25 bilhões em contratos para abastecer distribuidoras brasileiras entre 2027 e 2030. As negociações, conduzidas conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME), resultaram na contratação de 2.859,7 megawatts (MW) médios e em uma economia estimada de R$ 166,4 milhões, segundo a Aneel. O objetivo foi garantir o atendimento à demanda de eletricidade por meio da comercialização de energia produzida em usinas que já estão em operação.

Os certames, denominados A-1, A-2 e A-3, atenderam às necessidades de 31 distribuidoras, com 62 propostas contempladas. De acordo com a agência reguladora, os contratos fazem parte do modelo de comercialização do mercado regulado, no qual as concessionárias precisam contratar energia suficiente para atender seus consumidores.

O maior volume financeiro ficou concentrado no leilão A-1, responsável por aproximadamente R$ 12,48 bilhões em negociações. Foram contratados 2.485 MW médios, com preço de R$ 286,35 por megawatt-hora (MWh), abaixo do teto de R$ 290 estabelecido para a disputa. A diferença representou uma economia de aproximadamente R$ 159 milhões em relação ao valor máximo previsto.

Já o leilão A-2 movimentou cerca de R$ 1,76 bilhão, com contratação de 372,5 MW médios e preço de R$ 268,89/MWh. No A-3, foram negociados 2,2 MW médios, ao preço de R$ 239/MWh. Os dados constam dos resultados divulgados pela CCEE.

Contratação de energia busca reduzir custos e garantir abastecimento

As modalidades A-1, A-2 e A-3 representam a antecedência entre a realização dos leilões e o início do fornecimento. Dessa forma, os contratos começarão em janeiro de 2027, 2028 e 2029, respectivamente, com duração de dois anos cada.

Segundo o MME, as regras estabelecidas para os certames também preveem contratos sem atualização monetária durante sua vigência, medida destinada a reduzir a exposição dos preços contratados à inflação.

Ao apresentar as diretrizes dos leilões, em junho, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou os efeitos esperados da medida sobre os custos do setor.

“Estamos aperfeiçoando a contratação de energia para garantir abastecimento com mais previsibilidade e menor impacto para o consumidor”, afirmou o ministro, segundo comunicado oficial do MME.

A contratação antecipada também permite que as distribuidoras organizem suas compras conforme as projeções de consumo, reduzindo a exposição às oscilações do mercado de energia.

Para os consumidores, a economia obtida nos leilões representa uma redução nos custos de aquisição em comparação com os preços-teto estabelecidos. Entretanto, o resultado não significa uma diminuição imediata nas contas de luz, já que as tarifas também dependem de encargos, tributos e despesas de distribuição e transmissão.

PROTOCOLO

ANS amplia cobertura obrigatória para tratar câncer de pulmão

Nova resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) inclui exames e medicamentos na lista de procedimentos obrigatórios aos planos de saúde no tratamento do câncer de pulmão.

Os pacientes terão direito ao protocolo de sequenciamento de nova geração, além do remédio oral cloridrato de tepotinibe.

De acordo com o texto publicado na edição desta segunda-feira (16) do Diário Oficial da União, as novas coberturas passam a valer em fevereiro de 2027.

Segundo a ANS, a atualização do rol busca ampliar o acesso a tecnologias voltadas à medicina de precisão, ao permitir a identificação de alterações genéticas relevantes para a execução de terapias específicas.

EXAME GENÉTICO

O Painel de Sequenciamento de Nova Geração (NGS) para Câncer de Pulmão permite identificar alterações genômicas associadas à doença.

A cobertura será obrigatória para pacientes com câncer de pulmão de não pequenas células do tipo não escamoso, em estágio avançado ou metastático (estágios IIIB a IV).

O teste deverá identificar alterações nos genes EGFR, ALK, ROS1, RET, NTRK, BRAF, MET, KRAS e HER2.

De acordo com a norma, a análise deverá ser feita preferencialmente em amostras de tecido tumoral. Nos casos em que não houver material suficiente, poderá ser utilizada amostra de sangue por meio da chamada biópsia líquida.

ANDRÉ MENDONÇA

Júlia Zanatta é intimada por chamar advogado de 'petista roxo'

GIOVANNA MASSARO/AE

A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC), foi intimada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), por ser alvo de queixa-crime apresentada por um advogado catarinense, a quem a parlamentar se referiu como 'petista roxo'

A deputada federal mostrou o recebimento da intimação em sua casa em Santa Catarina e publicou um vídeo com o seu posicionamento. Ela afirmou que se trata de um caso de "assédio judicial" e citou imagens do advogado com uma camiseta que faz homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A queixa-crime apresentada pelo advogado Prudente José Silveira Mello afirma que a legisladora teria cometido os crimes de difamação e injúria. O caso foi protocolado no Supremo em junho de 2025.

No final de setembro deste ano, a Procuradoria-Geral da República se manifestou a favor de que as partes, o advogado e a deputada tenham a oportunidade de passar por uma tentativa de conciliação. Segundo Mendonça, essa seria a etapa prévia ao recebimento da queixa-crime.

Assim, o ministro intimou os envolvidos para que eles se manifestem sobre o interesse de conciliação.

"Instrumentalização da justiça é o que aconteceu agora. Um petista me processou no Supremo Tribunal Federal, fez uma queixa crime contra mim, porque eu chamei ele de petista roxo", disse a parlamentar em vídeo com duração de 24h postado em uma rede social.

FORÇAS ARMADAS

MP Militar contabiliza casos de assédio a mulheres das FA

LÓREN SOUZA/AE

Levantamento do Ministério Público Militar (MPM) apontou seis casos de possíveis crimes de assédio a mulheres das Forças Armadas. Os dados foram obtidos pela CNN e registram suspeitas de assédio sexual, importunação sexual e violência psicológica contra mulheres que participam do serviço militar voluntário inicial.

Os casos foram reunidos após a entrada da primeira turma feminina no serviço militar inicial voluntário, mas contam também procedimentos iniciados em 2025. Os crimes teriam ocorrido nas cidades de São Paulo (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ)e Bagé (RS). Unidades da região norte afirmaram não possuir casos no recorte definido.

A cidade de Bagé concentra dois dos casos a serem apurados, um deles de suposto assédio sexual e o outro de violência psicológica contra mulher. Segundo o levantamento, os dois casos resultaram em ações penais militares, mas na data em que foi feito, ainda havia recursos para pedidos de fixação de valores mínimos de indenização.

Em São Paulo, o levantamento apontou uma ação penal para investigar crime sexual contra uma integrante das Força Aérea. Há outra ação penal, em fase de instrução, correndo no Rio de Janeiro.

Em Fortaleza, foi instaurado procedimento para investigar a suspeita de ato libidinoso. Em Recife, um inquérito investiga importunação sexual e assédio sexual.

MULHERES

A partir de janeiro de 2025, mulheres puderam se alistar para o serviço militar inicial, de forma voluntária, pela primeira vez. Antes disso, elas poderiam ingressar em carreiras militares por meio de concurso público e outras modalidades.

Naquele ano, mais de 30 mil mulheres se inscreveram para as 1 467 vagas distribuídas entre Exército, Marinha e Aeronáutica. As primeiras recrutas começaram a ser incorporadas este ano.

No contexto de aumento da participação feminina, o MPM lançou, em março de 2026, o aplicativo SentinElas para a prevenção do assédio e a orientação de mulheres sobre seus direitos e os canais de denúncia.

VATICANO

Leão XIV se despede do Peru e encerra viagem de 12 dias pela América

O papa Leão XIV encerrou ontem, uma viagem de 12 dias à América do Sul - um retorno que dissipou dúvidas sobre sua recuperação de uma cirurgia de câncer e destacou as prioridades de justiça social que norteiam seu pontificado.

Leão saiu da residência do Vaticano em Lima para iniciar sua última manhã, visitando um lar de idosos que ele apoiou durante a pandemia de COVID-19. Em seguida, participou de uma grande missa em uma base aérea na capital peruana, que esperava reunir até 1 milhão de pessoas.

Dirigindo-se à multidão do lado de fora da residência, Leão agradeceu aos peruanos por tê-lo acompanhado durante sua viagem

"Tenham um bom dia, muito obrigado e até logo!", disse ele.

O pontífice, de 71 anos, passou pelo Uruguai, Argentina e Peru - um itinerário exigente que muitos duvidavam que ele conseguiria cumprir, apenas um mês após uma cirurgia pulmonar.

Dos altos Andes à sufocante Amazônia, Leão - nascido nos Estados Unidos - percorreu um continente onde viveu por quase duas décadas como missionário, chegando a obter a cidadania peruana.

Ao visitar lares de idosos e prisões, o líder dos 1,4 bilhão de católicos no mundo cobrou posicionamentos de líderes políticos, como o argentino Javier Milei, insistindo que o crescimento deve beneficiar a todos e defendendo os pobres, os idosos e as pessoas com deficiência.

O sucesso da viagem demonstrou a "força e determinação incríveis" de Leão - qualidades que muitos haviam subestimado -, afirmou Elise Ann Allen, especialista em assuntos do Vaticano e autora de uma biografia do pontífice, que nasceu em Chicago. "Também estamos vendo o papa missionário de uma forma como nunca tínhamos visto antes", disse ela à AFP.

No Uruguai - um país próspero e secular -, o pontífice foi ao bairro mais perigoso da capital, Montevidéu, para chamar a atenção para as mortes de crianças envolvidas na violência ligada ao tráfico de drogas.

Ele pediu maior solidariedade com aqueles que sofrem e se sentem sozinhos, descreveu as altas taxas de suicídio no país como "dolorosas" e exigiu mais respeito às mulheres - um tema que reapareceu ao longo de toda a sua viagem.

Na Argentina, Leão reuniu mais de três milhões de pessoas em missas realizadas em Buenos Aires e na vizinha Luján - as maiores de seu pontificado até o momento. Ele foi recebido por fiéis emocionados, que há muito esperavam - em vão - pelo retorno de seu antecessor argentino, o Papa Francisco. Sua imagem apareceu em alfajores e potes de doce de leite, enquanto os argentinos celebravam a visita histórica.

Mas foi o seu retorno ao Peru - especificamente às regiões onde serviu como bispo, sob o nome de Robert Francis Prevost - que representou o momento de maior carga emocional da viagem para o Papa. Em Lima, três milhões de pessoas tomaram as ruas para dar-lhe as boas-vindas. Ele disse à multidão que aquelas terras o moldaram como pastor, afirmando: "Hoje compreendo o quanto desta terra permanece em mim e o quanto da minha própria história também pertence a vocês".

Do deserto escaldante aos Andes, multidões gritavam "O Papa é peruano", e velhos amigos o receberam como se estivesse voltando para casa.

Na Argentina e no Peru, ele se encontrou com vítimas de abusos cometidos por membros do clero, incluindo pessoas ligadas à outrora poderosa - e hoje dissolvida - sociedade católica Sodalitium Christianae Vitae.

No Peru, ele falou sobre a "dor" causada por abusos cometidos por membros do clero católico e afirmou que a Igreja precisa "reparar" os danos causados às vítimas, promovendo "uma cultura de prevenção e proteção".

REENCONTRO RAÍZES

A etapa mais exigente fisicamente da viagem levou-o do deserto até a cidade de Cusco, situada em grande altitude - o coração do Império Inca -, seguindo depois para a bacia amazônica, de clima quente e úmido.

Em Pucallpa, ele alertou que a destruição ambiental ameaça tanto a floresta tropical quanto as populações que dela dependem, e denunciou o descaso inaceitável sofrido por muitas comunidades indígenas.

"O clamor da terra e o clamor dos pobres são inseparáveis", disse ele. "O sangue desses irmãos clama a Deus e exige justiça " O diagnóstico de câncer, recebido menos de 18 meses após o início de seu pontificado, abalou a Igreja Católica. Esta viagem - uma das mais extenuantes das últimas décadas - foi acompanhada de perto como um termômetro de como seu pontificado poderá ser afetado.

CEARÁ

TRE mantém condenação de Ciro por violência política de gênero

GIOVANNA MASSARO/AE

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) formou maioria para a condenação do ex-governador do Estado e ex-ministro Ciro Gomes (PSDB) por violência política de gênero contra Janaína Farias (PT), prefeita de Crateús (CE). Quatro dos sete desembargadores do tribunal votaram pela condenação na sessão ordinária desta segunda-feira.

O Estadão entrou em contato com a assessoria de Ciro Gomes, que afirmou que só comentará o caso após a decisão final.

O julgamento não foi finalizado pois houve um pedido de vista do juiz eleitoral Antônio Edilberto Oliveira Lima. A ação foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Advocacia do Senado Federal.

O caso ocorreu em 2024, quando Janaína era senadora suplente. Após a atual prefeita assumir a cadeira no Legislativo, Ciro disse, em entrevista, que ela era uma "assessora para assuntos de cama", entre outras ofensas de cunho misógino.

Em maio deste ano, Ciro já havia sido condenado na Justiça Eleitoral pelo caso. Na época, a condenação havia sido fixada em um ano e quatro meses de prisão. Entretanto, o juiz fixou como pena o pagamento de 20 salários-mínimos de indenização para a ex-senadora e 50 salários-mínimos a entidades de proteção dos direitos das mulheres no Ceará.

A desembargadora que relata o caso no Tribunal, Arsênia Breckenfeld, votou pela alteração apenas para pena de multa, assim como os votos que seguiram. O resultado da sessão não é um resultado definitivo, pois os integrantes do TRE-CE ainda podem mudar seus votos.

Durante seus votos proferidos ontem os magistrados ressaltaram que as declarações de Ciro buscavam diminuir o mérito da então senadora em seu cargo eletivo. Além disso, consideraram que os ataques têm razão de discriminação por gênero.

O voto da relatora e o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, como ressaltado pelo desembargador José Maximiliano, afirmam que as falas foram proferidas dois dias após o início das atividades parlamentares de Janaína, fazendo com que ela tivesse que enfrentar possíveis julgamentos dos pares e da população.

MS

STF encerra ação de juíza contra jornalistas que a denunciaram

GIOVANNA MASSARO/AE

A segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por unanimidade, a decisão que impediu que dois jornalistas pagassem uma indenização de R$ 30 mil a juíza do Mato Grosso do Sul. Os jornalistas haviam sido condenados pela justiça do Estado pela publicação de uma reportagem sobre a magistrada.

O Supremo declarou que o caso transitou em julgado na última sexta-feira, ou seja, não cabe mais recurso sobre a decisão. Todos os integrantes da segunda turma seguiram o voto do relator, Kassio Nunes Marques. São eles os ministros André Mendonça, Dias Toffoli, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Os jornalistas Guilherme Waltenberg e Mikhail Favalessa foram condenados na Tribunal de Justiça do Mato Grosso, por publicar um texto sobre a relação da juíza Olinda de Quadros Altomare, da 11ª Vara Cível de Cuiabá, com um empresário que era parte de um processo. Segundo a notícia, a magistrada devia mais de R$ 1 milhão à empresa da qual ele era sócio. A juíza não havia se declarado suspeita para julgar o caso.

No seu voto, Kassio Nunes Marques afirmou que "não há qualquer indicativo de que os fatos reportados sejam inverídicos ou de que haja ilicitude na forma de sua divulgação".

O ministro também argumentou que a matéria apenas se limitou a falar sobre três fatos objetivos: a existência de um vínculo econômico entre a magistrada e a empresa cujo sócio era parte no processo; a inexistência da declaração de suspeição; e uma decisão favorável ao empresário.

"Portanto, parece-me descabida a conclusão de que a reportagem tenha excedido os limites do direito de informar pelo simples fato de expor circunstâncias reais potencialmente relevantes ao escrutínio público sobre a atuação jurisdicional de agente estatal" afirmou o relator em seu voto.

Em seguida, Nunes Marques complementou, afirmando que a imposição da indenização representa uma "representa restrição desproporcional às liberdades informativas e produz efeito inibidor indevido sobre o exercício da atividade jornalística". Ele também declarou que deve ser considerado o direito de informação do cidadão.

A segunda turma também decidiu aumentar em 10% o valor que a parte perdedora deverá pagar aos advogados da parte vencedora (os chamados honorários advocatícios) e aplicaram uma multa de 5% sobre o valor atualizado da causa, por considerarem que o recurso era infundado.

Em decisão monocrática proferida em junho, Kassio Nunes já havia afirmado que lhe parecia "descabida a conclusão de que a reportagem tenha excedido os limites do direito de informar pelo simples fato de expor circunstâncias reais potencialmente relevantes ao escrutínio público sobre a atuação jurisdicional de agente estatal".

PARCERIAS

Lula tem encontro fora da agenda com presidente de Cabo Verde

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve um encontro fora da agenda com o presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, ontem. Segundo nota divulgada por Lula no X, Neves indicou querer "contar com a cooperação do Brasil para projetos nas áreas de energia renovável, saúde, educação e produção de alimentos".

Lula disse que se comprometeu com o presidente de Cabo Verde que o Brasil irá se dispor a aprofundar a cooperação bilateral.

"Assegurei ao presidente cabo-verdiano a disposição do meu governo em apoiar seu país e fazer das nossas relações bilaterais um exemplo de cooperação Sul-Sul", disse Lula em nota

Esquerdista, José Maria Neves foi reeleito presidente no domingo passado, com 80.875 votos (63,85% dos votos válidos), contra 39.950 votos da conservadora Joana Rosa. Neves é apenas chefe de Estado, mas o partido dele, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), controla o governo com o primeiro-ministro, Francisco Carvalho.

O encontro de Lula com Maria Neves não estava previsto na agenda, mas o pouso em Cabo Verde sim. O arquipélago é tradicional escala para abastecimento em viagens do presidente para a Europa e Ásia. Nesta segunda, Lula se encontrou com o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez.

Lula está há sete dias fora do Brasil, desde que embarcou para participar da abertura da COP-31, em Antália (Turquia) no dia 9 de outubro. De lá, foi para as Filipinas, onde prestigiou a reunião da cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Da Ásia, seguiu para a Espanha e, agora, Cabo Verde.

A chegada do presidente em Brasília deve ocorrer entre o fim da noite desta segunda e a madrugada desta terça-feira.

CREDIBILIDADE

Andrei: recuperação de R$ 20 bi comprova eficiência da PF

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A credibilidade conquistada pela Polícia Federal (PF) junto à sociedade reflete-se nos números que atestam a eficiência da corporação em asfixiar financeiramente as organizações criminosas. Esta é a avaliação que o diretor-geral Andrei Rodrigues fez ontem, na cerimônia comemorativa pelo Dia do Policial Federal, na sede da corporação, em Brasília.

Dados divulgados pela PF mostram que, nos últimos quatro anos, foram recuperados R$ 20 bilhões desses grupos, sendo R$ 4,4 bilhões entre junho e setembro de 2026.

Ao mesmo tempo, essa relevância tem despertado cobiças internas e gerado até mesmo ameaças contra a instituição, o diretor-geral e a família dele.

Na ocasião, Rodrigues afirmou que há tentativas de desestabilizar a gestão por interesses particulares, mas garantiu que não cederá a pressões. Segundo o diretor-geral da PF, "muitos tentam minar [essa credibilidade] pelos interesses mais vis e escusos possíveis".

Rodrigues, no entanto, garantiu que não há crise nem racha interno na instituição. "E muito menos perda de autonomia na Polícia Federal. Somos mais de 16 mil servidores espalhados em mais de 100 unidades, trabalhando por um bem comum", acrescentou.

AMEAÇAS

Rodrigues criticou o que classificou como "vozes isoladas" que tentam se colocar acima da instituição e atribuiu os desgastes à disputa por postos de comando na estrutura policial.

"Por mais que ataquem a instituição, a mim e a meus familiares diretamente, não irão me intimidar, porque sabemos o que está por trás de tudo: a cobiça a cargos estratégicos e ao comando da nossa instituição", disse, sem entrar em detalhes sobre tais ameaças.

"Mas não arredarei um milímetro da intransigente defesa da Constituição e das leis, assim como da defesa das prerrogativas de cada cargo e função desta Casa, inclusive do diretor-geral", acrescentou.

PEC DA SEGURANÇA

O diretor-geral também destacou o impacto da recente aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública pelo Congresso Nacional e do anúncio, feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da criação do Ministério da Segurança Pública.

Segundo Rodrigues, a mudança constitucional vai ampliar as atribuições da PF e fortalecer o enfrentamento ao crime organizado.

"Teremos um alargamento das nossas atribuições, não só pela alteração constitucional, mas, sobretudo, pela capacidade de trabalho de cada mulher e cada homem desta casa, pela capilaridade da nossa instituição e pela credibilidade e confiança da sociedade e das agências parceiras", disse Rodrigues.

ASFIXIA FINANCEIRA

Presente na cerimônia, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, detalhou que o montante de R$ 4,4 bilhões retirado das organizações criminosas nos últimos meses resultou de apreensões, sequestros de bens e bloqueios judiciais.

Para o ministro, a perda de patrimônio reduz a capacidade operacional dos criminosos e representa o modelo adequado de investigação.

NOVO DESENHO

Lima e Silva ressaltou ainda que o novo desenho institucional previsto pela PEC coloca a Polícia Federal em posição de coordenação e articulação com as demais forças de segurança do país, sem excluir outros órgãos.

Segundo ele, "a centralidade da PF [nas investigações] não significa exclusão, e sim articulação", uma vez que a posição central "permite enxergar com mais amplitude as atuações, bem como saber contra quem e contra quais estruturas estamos atuando".

O ministro acrescentou que a PEC possibilita uma nova engenharia institucional para integrar União, estados e municípios em torno da segurança pública como política de Estado.

"O crime não respeita fronteiras, e o Estado precisa de capacidade para atravessá-las", concluiu.

YORUBÁ

Oxê de Xangô, símbolo da justiça, será inaugurado no STF

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) terá em seu Salão Nobre, a partir de hoje, um símbolo da justiça na tradição yorubá, o Oxê de Xangô.

Trata-se de um machado com lâminas nas duas pontas, simbolizando a igualdade no julgamento, sem favorecer um lado em detrimento de outro. O Oxê é envergado por Xangô, orixá da lei e da justiça nas religiões de matriz africana.

A inauguração da peça ocorre a três dias do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. A iniciativa é da Secretaria de Equidade, Diversidade e Inclusão do STF, em atendimento ao pedido do Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras (Idafro).

O instituto fez a solicitação em fevereiro de 2025, após o próprio STF decidir que a presença de símbolos religiosos, como imagens e crucifixos, em prédios e órgãos públicos não fere o princípio da neutralidade estatal em relação às religiões, nem a liberdade de crença das pessoas.

O julgamento ocorreu em novembro de 2024, após um recurso do Ministério Público Federal pedir a retirada de todos os símbolos religiosos nesse tipo de instalação, entendendo ferir a laicidade do Estado. Por unanimidade, à época, a Corte entendeu que a Constituição protege a liberdade religiosa e que a presença de símbolos religiosos faz parte da história da formação do país.

O próprio Plenário da Corte tem, pendurada na parede, atrás da cadeira do presidente, uma cruz comumente usada na fé católica.

"Pluralismo é um princípio constitucional que requer concretude, ação prática e não somente discurso, retórica. Felizmente o Presidente Edson Fachin soube compreender, como de hábito, a relevância da reivindicação coletiva dos povos de terreiro e do povo preto", frisou o presidente do Idafro, Hédio Silva Júnior

Para o presidente do Idafro, a instalação do Oxê é o símbolo do compromisso do STF com a promoção da igualdade racial, e a valorização da diversidade "como vetores imprescindíveis para que as decisões do Judiciário não reproduzam ideologias ou preferências raciais de julgadores".

No entendimento do presidente do Centro de Estudos e Dados Sobre Desigualdades Raciais (Cedra), Hélio dos Santos, a presença do Oxê de Xangô no prédio do STF é o "encontro com o ideal de justiça". Ele entende que não é apenas um gesto simbólico da Corte máxima do Poder Judiciário.

"Estou muito feliz com essa iniciativa. Pra mim, esse ato vai além do simbolismo, ele consolida uma possibilidade de a gente levar a questão racial para um outro patamar".

Na visão dele, a inauguração da escultura consolida uma decisão da Corte de dezembro do ano passado. Na ocasião, o Supremo reconheceu a existência de racismo estrutural no Brasil e a ocorrência de graves violações a preceitos fundamentais.

A solenidade de inauguração da escultura acontecerá às 18h, no hall do Salão Nobre, localizado no 2º andar do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal.

"A instalação do Oxê de Xangô representa uma iniciativa de reconhecimento e valorização das tradições de matrizes africanas, contribuindo para a promoção do respeito à diversidade religiosa e cultural brasileira", disse o STF, em nota.

ESPANHA

Lula e Sánchez defendem união contra o avanço da extrema-direita

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou, na manhã de ontem, com o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez, em Madri. Lula parou no país ibérico durante a viagem de volta das Filipinas.

Segundo o Palácio do Planalto, Lula e Sánchez trataram de temas como o combate ao discurso de ódio e desinformação da extrema-direita, além da promoção de uma agenda de inclusão social para o fortalecimento da democracia no mundo.

Sánchez foi um dos presidentes que mais celebrou a vitória de Lula nas eleições de outubro. Pelas redes sociais, ele chamou a reeleição do presidente brasileiro de "grande vitória" e afirmou que a Espanha seguiria a mesma tendência nas eleições de seu país.

"O que aconteceu no Brasil acontecerá na Espanha. A virada do progressismo global acaba de começar", disse, na ocasião.

O povo espanhol irá às urnas em 29 de novembro para renovar as 350 cadeiras do Congresso. E será o Congresso que decidirá o novo presidente.

O partido de Sánchez, o Partido Socialista Operário Espanhol, precisa obter maioria no Congresso para garantir a ele mais um mandato. A Espanha é uma monarquia parlamentarista.

RICARDO STUCKERT/PR



Ambos líderes tratam as eleições do Brasil e na Espanha como importantes para deter a extrema-direita tanto na América Latina como na Europa, e assegurar uma agenda de multilateralismo e democracia sólida no planeta.

AGENDA

Os dois presidentes também falaram sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Lula é defensor de uma reforma no colegiado, com a atualização da composição e do funcionamento do órgão. Atualmente, Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido têm poder de veto sobre qualquer resolução do conselho.

Durante a conversa, o presidente do governo da Espanha reforçou seu apoio a um candidatura latino-americana para a sucessão na Secretaria-Geral da ONU. O mandato do português António Guterres se encerra em 1º de janeiro de 2027.

Lula também contou a Sánchez sobre sua viagem à Turquia, por ocasião da COP 31, e às Filipinas, para onde viajou na sequência, para participar da cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), bloco com o qual o Brasil pretende ampliar as relações.

"Citou o amplo apoio internacional ao Fundo Florestas para Sempre (TFFF), bem como a apresentação pelo Brasil dos mapas do caminho para zerar o desmatamento e promover a transição para o fim do uso de combustíveis fósseis", afirmou o Planalto, em nota.

FRONTEIRA

Operação apreende R$ 581 mi em produtos ilegais e drogas

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Receita Federal, em conjunto com órgãos de segurança, apreendeu R$ 581 milhões em produtos ilegais, drogas e armas. As mercadorias aprendidas, fruto de crimes transfronteiriços, foram confiscadas durante a última edição da Operação Fronteira, que este ano ocorreu entre 3 e 13 de novembro em quase todo o país.

Cerca de 2 mil agentes públicos efetuaram 82 prisões em flagrante, retiveram 273 veículos, embarcações e aeronaves e apreenderam quantidade de drogas equivalente a pouco mais de R$ 257 milhões. No total, foram apreendidos mais de R$ 581 milhões em mercadorias e drogas.

O resultado da operação foi anunciado nesta segunda-feira, em Brasília. Segundo o coordenador-geral de Combate ao Contrabando e Descaminho, da Receita Federal, Raphael Eugênio de Souza, o prejuízo imposto às organizações criminosas é 137% superior ao confiscado em 2025, quando foram apreendidos aproximadamente R$ 244,2 milhões.

De acordo com Souza, os R$ 581 milhões apreendidos este ano equivalem a cerca de 91% dos R$ 640,83 milhões apreendidos nas cinco edições anteriores da mesma Operação Fronteira. Segundo o coordenador, isso foi possível graças à adesão de órgãos públicos federais e estaduais, o que permitiu que a operação fosse expandida para outras localidades, abrangendo 140 cidades de 25 das 27 unidades federativas, 22% a mais do que no ano passado.

"Graças à integração com outros órgãos, em dez dias quase atingimos a soma apreendida na operações anteriores. Isso é importante, porque o que começa com pequenas rotas de contrabando e descaminhos, culmina no fortalecimento de grandes organizações criminosas", afirmou Souza.

Em termos financeiros, o volume de entorpecentes apreendidos este ano (R$ 257,12 milhões) foi 360% superior ao resultado do ano passado (R$ 55,89 milhões). Durante os dez dias de operação conjunta, 95 ações integradas com bloqueios logísticos foram feitas em portos brasileiros, 89 em rodovias, 85 em aeroportos e 85 em pontos estratégicos fronteiriços terrestres.

Segundo o secretário especial da Receita Federal, Robson Barreirinhas, os órgãos públicos envolvidos na operação recorreram aos serviços de inteligência, para intensificar a vigilância em rotas já conhecidas e bloquear caminhos alternativos que pudessem ser usados por quem tentasse escapar à fiscalização.

"Foram mais de meio bilhão em apreensões, centenas de armas apreendidas, toneladas de drogas.

ROUBO DE APOSENTADOS

Defesa de Vorcaro quer tirar 'Compliance Zero' de Fachin

FELIPE DE PAULA
E FAUSTO MACEDO/AE

Os advogados do banqueiro Daniel Vorcaro impetraram ontem, mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) no qual invocam o princípio do juiz natural e questionam ato administrativo do presidente da Corte, Edson Fachin, que transferiu à Presidência os autos da Operação Compliance Zero.

O processo já tinha relator, o ministro André Mendonça. Segundo alega a defesa, a ação "saiu do curso previsto no tribunal e passou a ser conduzido por quem tem a função de administrar o Supremo, e não de decidir o mérito".

O mandado de segurança é uma ação prevista na Constituição que permite contestar atos supostamente ilegais ou abusivos praticados pelo Poder Público.

A ação, que terá seu relator definido por sorteio no Supremo, é mais uma iniciativa da defesa do banqueiro para contestar a avocação do caso por Fachin.

A medida, que consiste em assumir a condução de um processo até então sob responsabilidade de outro magistrado, ocorreu em meio à crise provocada pela reportagens do Estadão publicadas no início de setembro sobre mensagens entre Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes.

As conversas, segundo a Polícia Federal, levantam suspeitas sobre a relação entre os dois e possíveis tentativas de interferência nas investigações sobre o banco.

A defesa, conduzida pelos criminalistas Daniel Leon Bialski, Sérgio Leonardo, Engels Augusto Muniz e Thiago Machado de Carvalho, já havia solicitado a Fachin que a análise das medidas cautelares relacionadas ao caso fosse transferida ao ministro Gilmar Mendes, decano do STF.

Vorcaro está preso desde março, por ordem de Mendonça. A defesa pede que "as regras de distribuição sejam cumpridas". Segundo os advogados do banqueiro, "atribuições administrativas não conferem jurisdição, e o Regimento Interno do STF não autoriza a Presidência a avocar os autos nem a atribuir-se competência para proferir decisões judiciais nessa investigação".

HOMICÍDIO

Novo julgamento de mãe que matou filhos é marcado para 2027

Um juiz de Massachusetts, nos Estados Unidos, marcou ontem um novo julgamento de Lindsay Clancy para o fim de março, depois que os promotores sinalizaram que, pelo menos por enquanto, pretendem processá-la novamente por homicídio em primeiro grau pela morte de seus três filhos pequenos.

O primeiro julgamento de Clancy terminou sem veredicto, após os jurados não conseguirem chegar a uma decisão unânime sobre sua responsabilidade criminal pelas mortes. Onze jurados votaram pela absolvição por inimputabilidade penal decorrente de transtorno mental, enquanto um discordou.

Embora o promotor distrital do Condado de Plymouth ainda não tenha informado publicamente se pretende manter as mesmas acusações no segundo julgamento, a promotora assistente Jennifer Sprague disse ao juiz, durante a audiência desta segunda-feira, que a acusação estava "pronta para definir uma data para o julgamento com júri".

O advogado de Clancy, Kevin Reddington, afirmou ter interpretado a declaração como um sinal de que os promotores pretendem prosseguir com a acusação de homicídio em primeiro grau, já que uma acusação menos grave permitiria que Clancy abrisse mão do direito a um julgamento por júri.

"A decisão está tomada", disse Reddington ao juiz William Sullivan. "Acho que é possível ler nas entrelinhas que, quando dizem que o caso exigirá um júri, trata-se de uma indicação indireta do Ministério Público de que pretendem prosseguir com as acusações de homicídio em primeiro grau."

Os promotores haviam solicitado que o julgamento fosse realizado em maio, alegando conflitos de agenda, mas Sullivan marcou o novo processo para 29 de março.

A decisão de agendar o segundo julgamento de Clancy ocorre uma semana depois de Sullivan rejeitar um pedido da defesa para arquivar as acusações. O juiz concluiu que a realização de um novo julgamento não violaria a proteção constitucional de Clancy contra a dupla persecução penal pelo mesmo crime.

Os advogados deverão retornar ao tribunal em 30 de dezembro para discutir questões logísticas, medidas de segurança e a organização da cobertura da imprensa durante o julgamento.

Clancy, ex-enfermeira especializada em trabalho de parto e assistência ao nascimento, nunca contestou ter matado seus três filhos na casa da família, em Duxbury, em janeiro de 2023.

Seus advogados afirmaram que ela sofria de psicose pós-parto, um transtorno mental que pode afetar mulheres após o nascimento de um filho.

Os promotores, por outro lado, argumentaram que Clancy planejou as mortes e tinha consciência do que estava fazendo.

POLÍTICA DE TRUMP

UE enviará imigrantes para 'confinamento' em Ruanda

Um grupo de países da Europa anunciou ontem, que pretende criar um "centro de retorno" em Ruanda, para onde os solicitantes de asilo rejeitados poderão ser enviados a partir do próximo ano. O objetivo é que a medida também desestimule mais pessoas de irem para o continente.

A União Europeia tem trabalhado há anos para endurecer as regras de migração, reduzir o número de solicitantes de asilo que chegam ao bloco de 27 nações e aumentar as deportações de migrantes que não têm direito a permanecer nos países. O envio de pessoas para centros fora da Europa tornou-se um pilar central desse esforço.

O plano da Áustria, Dinamarca, Alemanha, Grécia e Holanda, que lideraram as negociações com países não pertencentes à UE, atraiu críticas imediatas de grupos de direitos humanos.

ACORDO FINAL

O objetivo é que o primeiro centro seja instalado em Ruanda no próximo ano, afirmou o chanceler austríaco Christian Stocker, juntamente com autoridades de outros países europeus e o ministro do Interior de Ruanda.

"Acredito que isso mudará o jogo, nos permitindo enfrentar os enormes desafios da imigração ilegal", disse a primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen. "Vamos desmantelar o modelo de negócios dos traficantes de pessoas. Retomaremos o controle de nossas fronteiras e eliminaremos os incentivos à imigração ilegal."

Ela previu que "muitos outros países europeus" adeririam. Seu ministro da Imigração, Morten Bødskov, afirmou que o plano é ter um acordo totalmente negociado com Ruanda "nos próximos meses".

IMPACTO

As autoridades foram vagas quanto ao número de migrantes que poderiam ser enviados para Ruanda, mas enfatizaram o efeito desestimulante do plano. "O número mais importante é aquele que nunca veremos, porque, com sorte, eles não iniciarão a viagem para a Europa", disse Frederiksen. "Portanto, este é um marco."

O ministro do Interior de Ruanda, Vincent Biruta, afirmou que seu país dará uma "segunda chance" às pessoas que não têm o direito de permanecer na Europa. Ele disse que aqueles que chegarem terão a oportunidade de "retornar voluntariamente aos seus países de origem, integrar-se à sociedade ruandesa ou mudar-se para outro destino onde tenham o direito legal de residir, de acordo com sua preferência".

Questionado sobre como Ruanda garantiria os direitos humanos dos refugiados, ele disse que Ruanda envolveria organizações como a agência da ONU para refugiados (ACNUR) e que "haverá um mecanismo de monitoramento independente".

Críticas de organizações de direitos humanos

Organizações de direitos humanos criticaram os planos de deportação de migrantes para centros em países terceiros, argumentando que as nações europeias não podem garantir que seus direitos serão respeitados nesses locais. Autoridades europeias insistem que os novos centros cumprirão as leis europeias e internacionais.

"Os centros de deportação offshore são a mais recente expressão cínica da tentativa da UE de transferir suas responsabilidades para outros países", afirmou Clementine de Montjoye, pesquisadora da Human Rights Watch, em um comunicado. "Pagar a Kigali para sediar um programa de deportação não só causaria sofrimento e danos aos deportados, como também financiaria e daria poder político a um governo responsável por graves violações dos direitos humanos, tanto no país quanto no exterior "

A especialista em asilo e migração da Anistia Internacional Áustria, Aimée Stuflesser, afirmou em comunicado que "o vergonhoso acordo de deportação firmado hoje entre os países europeus e Ruanda repete erros do passado".

"Enviar pessoas para um país onde nunca estiveram é irresponsável e existe um perigo real de que o acordo com Ruanda, com as suas limitadas oportunidades de escrutínio, se torne um cruel buraco negro para os direitos humanos", disse Stuflesser.

A agência da ONU para refugiados (ACNUR) afirmou que apoia apenas o possível uso de centros de retorno em conformidade com os padrões de direitos humanos e como forma de auxiliar o retorno de pessoas cujos pedidos de asilo foram negados após uma avaliação completa e justa.

O porta-voz do ACNUR, Matthew Saltmarsh, afirmou que a agência estava envolvida em "discussões construtivas" com os cinco países da UE "para fornecer orientações sobre a conformidade do processo de centros de retorno com os padrões internacionais de direitos humanos". Nenhum acordo com os países foi assinado.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) da ONU afirmou que não participa nem negocia "acordos de remoção entre Estados", mas que está fornecendo "contribuições técnicas sobre o processo de centros de retorno". A OIM declarou estar preparada para prestar auxílio a migrantes a pedido do governo receptor, desde que as "salvaguardas necessárias" estejam em vigor.

As leis da UE mudaram nos últimos anos devido à pressão pública e política persistente por medidas mais rigorosas contra a migração.

Em junho, os legisladores europeus votaram a favor de permitir que os Estados-membros criem centros fora da UE, individualmente ou em pequenas coligações, e enviem para esses centros os solicitantes de asilo rejeitados, em vez de os enviarem para os seus países de origem.

PLANO DESCARTADO

Em 2022, Ruanda firmou um acordo com o Reino Unido segundo o qual migrantes que chegassem como clandestinos ou em barcos seriam enviados para o país africano, onde seus pedidos de asilo seriam processados e, se aprovados, eles poderiam permanecer no país. A Suprema Corte do Reino Unido decidiu que a política era ilegal, pois Ruanda não é um terceiro país seguro para os migrantes enviados para lá.

O então primeiro-ministro Keir Starmer cancelou esse acordo imediatamente após assumir o cargo em 2024.

O ministro do Interior alemão, Alexander Dobrindt, afirmou na segunda-feira, que o plano europeu para Ruanda não é comparável. Ele explicou que o Reino Unido planejava terceirizar os processos de asilo para países terceiros, enquanto o plano europeu envolve pessoas que já passaram pelo processo de asilo e esgotaram todos os seus recursos.

ESPANHA

Lula e Janones se reúnem com Sánchez dias antes de eleições

GEOVANNA HORA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu ontem, com o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, e afirmou que os dois reforçaram a importância de combater a "desinformação da extrema-direita".

A Espanha está a duas semanas das eleições gerais, marcadas para 29 de novembro. Lula participaria de um ato de campanha com Sánchez, mas o evento foi cancelado devido a problemas na garganta do presidente brasileiro.

Após a vitória de Lula no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, Sánchez parabenizou o petista e afirmou que "o que aconteceu no Brasil acontecerá na Espanha". "A virada do progressismo global acaba de começar", disse.

O deputado federal André Janones, que atuou na campanha digital de Lula entre o primeiro e o segundo turno das eleições, também foi ao Palácio da Moncloa.

"Tive a honra de acompanhar o presidente Lula em seu encontro com o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez. Um momento especialmente marcante, em que também pude compartilhar a experiência do nosso Exército do Lula, que já começa a ultrapassar as fronteiras do Brasil", afirmou.

Ao chegar ao Palácio da Moncloa, em Madri, Lula foi recebido por Sánchez com um aperto de mão e um abraço. Em uma publicação nas redes sociais, o presidente classificou a reunião como "produtiva". ""Tratamos da agenda bilateral e da conjuntura política e econômica mundial", escreveu.

"Reforçamos a importância de combater o discurso de ódio e desinformação da extrema-direita e de promover uma agenda de inclusão social que fortaleça a democracia no mundo, na qual as eleições na América Latina e Europa jogam um papel central", acrescentou.

Lula afirmou que os dois também reforçaram o posicionamento em defesa do multilateralismo e da necessidade de uma reforma no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que, segundo ele, ficou "ainda mais evidente com a inoperância do órgão frente o avanço dos conflitos armados na Ucrânia e no Oriente Médio".

Segundo o presidente, eles também conversaram sobre a sucessão da Secretaria-Geral da ONU, e Sánchez manifestou apoio a uma candidatura latino-americana.

De acordo com o jornal espanhol ABC, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) se inspirou na campanha de Lula, principalmente na esfera digital, para desenvolver as estratégias da campanha de Sánchez, que aparece atrás nas pesquisas de intenção de voto.

O jornal afirmou que fontes da sede do PSOE, que falaram sob condição de anonimato, disseram que a ideia envolve "repetir exatamente a mesma coisa", criando um "exército digital" com "ativistas transformados em soldados que replicam tudo o que lhes é pedido para fazer nas redes sociais".

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que Lula e Sánchez conversaram sobre "os principais temas do relacionamento bilateral e das agendas regional e internacional". Entre os assuntos, segundo a pasta, estava a implementação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

PARAGUAI

justiça transfere Santiago Peña para prisão militar após denúncias

A Justiça do Paraguai determinou ontem, a transferência do ex-presidente paraguaio Santiago Peña para uma penitenciária militar, após a imprensa local denunciar privilégios aos quais ele tinha acesso no local onde está detido

Segundo o jornal ABC, que teve acesso à decisão, o juiz Osmar Legal ordenou que Peña seja transferido do quartel do Regimento de Escolta Presidencial, na região central de Assunção, para a penitenciária militar de Viñas Cue, na zona norte da capital paraguaia.

Legal determinou que as autoridades militares "adotem todas as medidas de segurança necessárias para proteger a vida e a integridade física" do ex-presidente.

Segundo a decisão, Peña deve ficar em um local que "que garanta seu isolamento em relação às demais pessoas privadas de liberdade e, particularmente, aos corréus" no processo relacionado ao colapso do Ueno Bank, que também estão detidos na instalação militar.

As autoridades também terão de enviar "um relatório detalhado dos protocolos e das medidas de segurança que serão implementados" durante a permanência do ex-presidente no local.

Peña foi detido em 6 de novembro, logo após o Congresso aprovar sua destituição, e levado para o Regimento de Escolta Presidencial no dia seguinte, quando a prisão preventiva foi decretada. Ele é investigado por lesão de confiança, associação criminosa e outros crimes.

A transferência ocorre após a imprensa paraguaia denunciar privilégios aos quais o ex-presidente tinha acesso no Regimento de Escolta Presidencial.

Um ano antes de ser preso, Peña inaugurou melhorias na infraestrutura da instalação, incluindo a reforma de uma sala de reuniões, financiada por uma doação de Taiwan. No entanto, enquanto o ex-presidente estava detido no local, o espaço foi desmontado para dar lugar à instalação de uma academia, segundo o ABC.

O jornal também afirmou que Peña está em uma área conhecida como "suíte presidencial", que, além de um quarto, inclui um escritório equipado com mesas e cadeiras e um banheiro privativo O Ministério Público chegou a apreender um celular no quarto.

Nesta segunda-feira, o atual presidente do Paraguai, Pedro Alliana, determinou a destituição do comandante do Regimento de Escolta Presidencial, coronel José David Daiub.

Segundo o Ministério Público, Peña teria liderado uma "estrutura organizada e hierárquica, inserida no próprio aparelho estatal", com o objetivo de submeter os controles financeiros do Banco Central do Paraguai (BCP) aos interesses do Grupo Vázquez, proprietário do Ueno Bank.

O Ministério Público afirmou que Peña teria realizado "reuniões clandestinas periódicas" de coordenação com Federico Vázquez, presidente do Grupo Vázquez.

EUA

'Os Simpsons' e teste em sistema criaram falso alerta de apagão mundial

A propagação da falsa notícia de que um apagão mundial estaria previsto para ocorrer hoje, ganhou força nas redes sociais ao relacionar dois assuntos quase inacreditáveis: o termo viralizou por associar um episódio de 'Os Simpsons' a um teste de alertas de emergência dos Estados Unidos.

A previsão, porém, é falsa. Segundo checagem da BBC News Brasil, não há indícios de uma interrupção global no fornecimento de energia.

A Agência Federal de Gestão de Emergências dos Estados Unidos (Fema) anunciou um teste nacional do Sistema de Alertas de Emergência (EAS) para 17 de novembro, às 14h20, no horário da costa leste americana. O procedimento, divulgado originalmente em setembro, serve para verificar o funcionamento dos canais de comunicação utilizados em situações de emergência, sem previsão de interrupção no fornecimento de energia.

A coincidência da data com um episódio de 'Os Simpsons', exibido em 2023, alimentou as especulações e potencializou as teorias conspiratórias. Na animação, a cidade fictícia de Springfield enfrenta um apagão iniciado em 17 de novembro. A história, no entanto, não menciona 2026 nem retrata um evento mundial.

Outro elemento usado para sustentar a notícia falsa são recomendações de governos para que a população mantenha estoques de água, alimentos e outros itens essenciais em casa. Orientações desse tipo foram divulgadas no Brasil, no Reino Unido e no Japão, mas têm caráter preventivo e não estão relacionadas a um possível apagão.

Após a repercussão do boato, as buscas pelo termo "apagão" ganharam relevância nas últimas horas no Google Trends.

No Brasil, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional esclareceu que a recomendação da Defesa Civil para a montagem de kits de emergência com suprimentos para até 72 horas não decorre de qualquer alerta nacional de interrupção de serviços.

As publicações também associaram ataques cibernéticos recentes à possibilidade de um desligamento mundial da internet.